

El Desafío de la Formación del Agente de Policía Militar del Estado de Río de Janeiro: entre un modelo reactivo y la solución de conflictos

Bajo una política de seguridad represiva, los miembros de un cuerpo policial están entrenados para actuar de forma reactiva. Sin embargo, en una aplicación de políticas cimentadas en la gestión y la prevención, los policiales son entrenados para actuar con proactividad en la solución de problemas. En tal sentido, este artículo aborda el proceso de formación de los operadores de la seguridad pública en Río de Janeiro, desde la perspectiva del agente de policía militar. La investigación desarrollada tiene un carácter predominantemente cualitativo y su naturaleza es exploratoria, tratando de entender el proceso de adiestramiento en la Policía Militar de Río de Janeiro desde la perspectiva de sus agentes; un campo en el que hay poco conocimiento acumulado y sistematizado en Brasil. En cuanto a los métodos de la investigación, se optó por el trabajo de campo, combinado con la consulta de fuentes documentales y de la literatura. Fueron realizadas veinticuatro entrevistas semiestructuradas con agentes de la Policía Militar. Las entrevistas fueron tratadas con la técnica de análisis de contenido. Como resultado, el estudio señala que hay un largo camino por recorrer, en el que subyace la necesidad de definir un perfil para el agente de policía en Río de Janeiro. ¿Un agente entrenado simplemente para reaccionar o para resolver conflictos? Esto es factible a través de la reestructuración del proceso de formación policial, que se vincule con un perfil definido y así produzca un cambio de la imagen del agente de policía en la sociedad.

Palabras clave: Seguridad Pública, Estado, Formación Policial, agente de policía, Democracia, Policía, Sociedad.

abstract

The challenge of training military police officers in the state of Rio de Janeiro using a reactive model and conflict resolution

Members of a police force are trained to act in a reactive manner whenever a state adopts a repressive security policy. However, policy enforcement based on management and prevention means that the police are trained to act proactively in resolving problems. This paper thus addresses training public safety operators in Rio de Janeiro from a military police point of view. The research was predominantly qualitative and exploratory, attempting to understand Rio de Janeiro military police training from the agents' standpoint; this is a field in which little knowledge has been accumulated and systematised in Brazil. Field work was chosen for approaching the topic; it was combined with consulting documentary sources and the pertinent literature. Twenty-four semi-structured interviews were conducted with military police agents. The interviews were then subjected to content analysis. The study showed that there is still a long way to go, highlighting the need for defining a Rio de Janeiro police officer's desirable profile. Is an agent trained simply to react or to resolve conflicts? This is feasible through re-structuring police training linked to a defined profile, thus producing a change in the police officer's image in society.

Key words: Public safety, state, police training, police officer, democracy, police, society.

resumo

Em uma política de segurança repressiva, os policiais são formados para atuarem de forma reativa. Todavia, em uma política baseada em gestão e prevenção, os policiais são treinados para agirem de forma pró-ativa na resolução de problemas. O processo de formação deve disponibilizar ao policial os conhecimentos necessários para o desempenho de sua atividade cotidiana. Neste sentido, o presente estudo objetivou conhecer o processo de formação dos operadores de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, sob a ótica do policial militar. A pesquisa teve um caráter predominantemente qualitativo. Quanto aos fins, considerou-se este estudo exploratório, por buscar entender o processo do ensino policial na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro sob a perspectiva do policial, campo no qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado no Brasil. Quanto aos meios de investigação, optou-se pela pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Foram realizadas vinte e quatro entrevistas semi-estruturadas com policiais militares. As entrevistas foram tratadas com a técnica de análise de conteúdo. Como resultado, o estudo aponta para a um longo caminho a percorrer, que passa pela definição do perfil, que se quer do policial no Rio de Janeiro. Um policial reativo ou um policial contingencial? Pela re-estruturação do processo de formação policial, interligado com o perfil definido. E por fim, com um processo de mudança de imagem do policial perante a sociedade.

Palavras chave: Segurança Pública, Estado, Formação Policial, Democracia, Polícia, Sociedade.

Recibido: abril de 2010 / Aprobado: noviembre de 2010

CORREO IMPRESO: Divisão de Administração Financeira, Rua Evaristo da Veiga, N° 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ – Brasil

Pereira Basilio, Marcio. 2010. O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Modelo Reativo e o Contingencial. *Administración & Desarrollo* 38 (52): 71-96.

O Desafio da Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Modelo Reativo e o Contingencial

MARCIO PEREIRA BASILIO*

Introdução

A mudança de foco na atuação dos organismos policiais depende, em boa medida, de um treinamento eficaz. O processo de formação também é importante, pois visa a transmitir informação, desenvolver habilidades, atitudes e conceitos. Em uma política de segurança repressiva, os policiais são formados para atuarem de forma reativa. Todavia, em uma política baseada em gestão e prevenção, os policiais são treinados para agirem de forma pró-ativa na resolução de problemas que emirjam no cotidiano.

O processo de formação deve disponibilizar ao policial os conhecimentos necessários para o desempenho de sua atividade cotidiana. Contudo, a natureza do trabalho policial é complexa. Em uma sociedade democrática, o policial deve ser pró-ativo e buscar atuar na resolução de problemas. Sendo assim, as possibilidades de emprego do policial se ampliam emergindo neste contexto sua complexidade. Dessa forma, o processo de formação deve abranger conhecimentos de ordem jurídica, social, psicológica, e de expertises inerentes à atividade policial.

Compreender o que o policial realiza diariamente, é o primeiro passo, para a análise da eficiência de um programa de formação policial. O treinamento deve estar intimamente relacionado com o serviço a ser desempenhado na sociedade. Sendo assim, procurou-se contextualizar o trabalho policial em uma sociedade democrática. A autonomia da ação policial, no contexto social, está intrinsecamente relacionada com a instrumentalização conceitual, que o operador de segurança pública possui.

Desta forma, a pesquisa objetivou conhecer o processo de formação dos operadores de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Quanto aos fins, considerou-se este estudo exploratório,

* Professor da Escola Superior de Polícia Militar do Rio de Janeiro, Brasil.

CORREO-E: marciopbasilio@terra.com.br

por buscar entender o processo do ensino na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) sob a perspectiva do policial, campo no qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado no Brasil. Quanto aos meios de investigação, optou-se pela pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Há também características de pesquisa participante, uma vez que o autor é um oficial superior da instituição desde 1990.

A pesquisa de campo consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas com vinte e quatro policiais militares. As entrevistas foram transcritas e tratadas por meio de análise de conteúdo. Deu-se a essa pesquisa um caráter predominantemente qualitativo. Como resultado, o estudo aponta para um quadro caótico, que delinea o processo de formação do policial militar do Estado do Rio de Janeiro. O qual tangência a ineficiência da construção cognitiva, necessária para os operadores de segurança pública lidar com a complexidade de sua atividade diária.

Natureza do trabalho policial – problemas e contradições

Para se obter a compreensão que permitirá inferir a respeito de toda temática que envolve a formação do policial militar no Estado do Rio de Janeiro é necessário identificar que atribuições, situações e ações são inerentes ao serviço policial. A formação do policial não se resume tão somente em analisar conteúdos programáticos, discutir cargas horárias, e ou metodologias empregadas, mas tangência aspectos relacionados à sociedade em que o policial está inserido. A formação deve preparar o policial para interagir com o meio no qual foi recrutado. Esta seção apresenta, portanto, subsídios para a compreensão das variáveis que permeiam o serviço policial.

De acordo com (Bayley 2002, 118), “definir o que a polícia faz não é uma questão simples, não só porque é difícil assegurar o acesso permanente a ela, mas também por motivos intelectuais”. A taxonomia utilizada pelo autor identifica três maneiras bem distintas de descrever a atividade policial, cada uma a partir de diferentes fontes de informação. O trabalho policial pode se referir, primeiro, ao que a polícia é designada para fazer; segundo, às situações com as quais ela tem que lidar; terceiro, às ações que ela deve tomar ao lidar com as situações.

Atribuições são as descrições organizacionais do que os policiais estão fazendo – patrulhando, investigando, controlando o tráfego, aconselhando e administrando. Uma vez que padrões de staff normalmente são arquivados, podemos determinar facilmente a proporção de pessoal designada para diferentes atividades. Quanto maior a quantidade de especialização formal no interior das organizações policiais, mais fácil essa análise se torna. Ao mesmo tempo, atribuição é um indicador muito cru do que a polícia está fazendo. Assevera (Bayley 2002) que a atribuição designada para a maior parte dos policiais em todo o mundo é o patrulhamento. Contudo, patrulhamento é uma atividade multifacetada. Oficiais de patrulha são “pau-para-toda-obra”. Os ingleses se referem a eles com sensibilidade como “oficiais para deveres gerais”. Isso se deve em grande parte pelo fato de oficiais com qualquer atribuição, não só patrulhamento, poderem fazer coisas associadas a outras atribuições, como:

“A polícia do trânsito também patrulha, oficiais de patrulha controlam o trânsito, detetives aconselham os jovens, oficiais de delinquência juvenil recolhem evidências sobre crimes, a polícia de controle de tumultos também guarda edifícios públicos, e todos fazem um bocado de trabalho administrativo” (Martin e Wilson 1969, 122-123).

O trabalho policial também é comumente descrito em termos de situações com as quais a polícia se envolve: crimes em andamento, brigas domésticas, crianças perdidas, acidentes de automóvel, pessoas suspeitas, supostos arrombamentos, distúrbios públicos e mortes não naturais. Nesse caso, a natureza do trabalho policial é revelada por aquilo com o que ela tem de lidar. Corroborando com esta visão, (Bayley 2002, 121) assegura que “o trabalho pode ser descrito em termos de ações executadas pela polícia durante as situações, tais como prender, relatar, tranquilizar, advertir, prestar primeiros socorros, aconselhar, mediar, interromper, ameaçar, citar e assim por diante”. Nesse caso, o trabalho dos policiais é o que eles fazem nas situações que encontram.

Apesar da distinção conceitual entre atribuições, situações e resultados, os mesmos são interdependentes. Ou seja, a estrutura das atribuições afeta os tipos de situação com os quais a polícia se envolve; as situações influenciam o espectro de resultados prováveis; os resultados dão forma às situações que o público é encorajado a levar até a polícia; e as situações ajudam a determinar as atribuições formais dentro da organização policial.

Para compreender a natureza do trabalho policial, deve-se primeiro fazer uma inferência no sistema social no qual está inserido. (Kant de Lima 2002) apresenta dois modelos de sociedade os quais denominou de “paralelepípedo” e “piramidal”. No primeiro, as regras que regulam os conflitos sociais têm um aspecto genérico, ou seja, seus efeitos são distribuídos de forma equitativa em toda sociedade. Não importa a que classe social o indivíduo pertença, a lei vale para ele também. No segundo modelo, as regras de utilização do espaço público são universais, mas não gerais. Ou seja, embora sejam as mesmas para todos, não se aplicam a todos da mesma forma, mas de maneira particular a cada um. Consequentemente, a atuação da polícia nesses modelos também é diferenciada.

A polícia é, em princípio, a instituição designada, tanto em um modelo quanto em outro, para fazer cumprir, em última instância, empiricamente, as regras de utilização dos espaços públicos, como assegura (Kant de Lima 2002). Referenciando o primeiro modelo, a polícia se constituirá na força legítima para o que os autores denominam to enforce the law. Ressalta-se, no entanto, que a regra que está fazendo cumprir ampara-se na concepção de que foi consensual e legitimamente elaborada para preservar a utilização por uma determinada coletividade de certo espaço público. Desse modo, a legitimidade da ação policial não repousa no Estado, mas no governo da coletividade. Nessa concepção, “a polícia tem autonomia – e a respectiva responsabilidade – para negociar a utilização dos espaços, até certo ponto: se o espaço público é um espaço negociado coletivamente, cabe a ela reproduzir, em sua administração, os processos de negociação de interesses divergentes.” (Kant de Lima 2002, 205) A polícia, portanto, não é neutra nem imparcial.

No tocante ao modelo piramidal, (Kant de Lima 2002) salienta que a atuação da polícia é bem diferente do modelo anterior. A apropriação do espaço público de forma particularizada pelo Estado, por definição, se dá de forma excludente. Nesse modelo, os conflitos devem ser minimizados ou, quando sua conciliação for impossível, fortemente reprimidos e extintos.

No modelo piramidal, a polícia não incumbe o explícito enforcement of the law. Nesse caso, “a função da polícia se caracteriza, assim, por ser eminentemente interpretativa partindo não só dos fatos, mas, principalmente, da decifração do lugar de cada uma das partes em conflito na estrutura social para proceder à correta aplicação das regras de tratamento desigual

aos estruturalmente desiguais.” (Kant de Lima 2002, 206-207)

Nessa concepção, conforme a visão do autor, tanto o Estado quanto a polícia são definidos como instituições separadas e externas ao conjunto de cidadãos que precisam não apenas controlar, mas manter em seu devido lugar e reprimir. A ação da polícia é caracterizada pela suspeição de se descumprir as regras. A atuação da polícia não se dá como mediadora de conflitos, todavia, como autoridade intermediária em sua interpretação para promover sua extinção e punição, não sua resolução. Confusa essa frase.

A natureza do trabalho policial se relaciona com as tensões geradas nas relações sociais. Os organismos policiais atuam de forma a intervir e regular as interações em uma sociedade. A forma como a ação ocorrerá está diretamente relacionada com o regime de governo sob o qual a instituição prestará contas. (Bittner 2003, 136) afirma que “o papel da polícia é enfrentar todos os tipos de problemas humanos quando suas soluções tenham a possibilidade de exigir uso da força no momento em que estejam ocorrendo”. Em sua análise, o autor compreende o trabalho policial como tendo um direcionamento ao risco, ao perigo, à violência, ao domínio do caos, à incerteza, ao desespero. O autor amplia a discussão a respeito do trabalho policial afirmando que o policiamento é uma ocupação complexa que enfrenta problemas sérios. Exige, portanto, conhecimento e habilidade. Entretanto, o mais importante é que aqueles que o praticam são imbuídos de um poder bastante considerável para utilizar a força quando for necessário. Na visão de (Bittner 2003), o policiamento não constitui uma técnica. Ao contrário, faz grandes exigências em termos de experiência e julgamento. A experiência é um conhecimento acumulado em que a compreensão das necessidades e das possibilidades práticas se baseia. (Bittner 2003, 270) assevera que:

“em seu trabalho do dia-a-dia, os policiais frequentemente lidam com assuntos em relação aos quais outras pessoas respondem com medo, raiva ou repugnância. Poder-se-ia dizer que o trabalho policial consiste em proceder metodicamente nas ocasiões em que a norma seria ter uma reação impulsiva”.

O autor observou que a maior parte do trabalho policial é realizada por policiais individuais ou por equipes formadas por pares de policiais. Desse modo, os policiais dependem principalmente de seus próprios

conhecimentos, habilidades e julgamentos, e devem estar preparados para terminar o que começaram por si mesmos.

Em uma sociedade moderna, (Bittner 2003, 314-315) identifica três expectativas que definem a função da polícia: “Primeiro, espera-se que a polícia vá fazer algo a respeito de qualquer problema que seja solicitada a tratar; segundo, espera-se que vá atacar os problemas em qualquer lugar e hora em que ocorram; e terceiro, espera-se que prevaleçam em qualquer coisa que façam e que não recuem ao enfrentar oposição”.

(Bittner 2003) identificou dois problemas de adequação em relação ao trabalho policial: o primeiro está relacionado ao problema da legalidade, que diz respeito à aquiescência aos esquemas de regulamentação formulados. Essa questão relaciona-se com a evolução da dinâmica social, alguns comportamentos podem ser regulados, contudo algumas situações não podem, ou ainda não foram reguladas. O segundo problema relaciona-se com a capacitação da mão-de-obra, envolve a manutenção de níveis minimamente aceitáveis de desempenho sábio, hábil e judicioso.

(Monjardet 2003) questiona a ideia de (Bittner 2003), segundo a qual a polícia nada mais é que um mecanismo de distribuição na sociedade de uma força justificada por uma situação. Assim, (Monjardet 2003, 21-22) faz uma analogia entendendo que “a polícia é um martelo”, enquanto instrumento, o martelo não tem finalidade própria, ele serve às finalidades daquele que o maneja. Segundo (Monjardet 2003), com a polícia acontece da mesma forma: instrumento de aplicação de uma força sobre o objeto que lhe é designado por quem a comanda. A polícia é totalmente para servir [ancillaire] e recebe sua definição – no sentido de seu papel nas relações sociais – daquele que a instrumentaliza. Dessa forma, pode servir a objetivos os mais diversos, à opressão num regime totalitário ou ditatorial, à proteção das liberdades num regime democrático. Pode acontecer que a mesma polícia sirva sucessivamente a finalidades opostas.

Perspectivas da formação policial

A formação do policial é um processo pelo qual as organizações preparam o homem para lidar com diversos conflitos sociais (Riccio and Basilio 2007). O trabalho policial é complexo e para tanto, necessita de uma capacitação adequada e própria. A função do

treinamento policial é capacitar o policial para o trabalho diário, (Ness 1991). No desenvolvimento da pesquisa, (Marion 1998) constatou que a duração do treinamento policial é diferente de um Estado para o outro, sendo assim, foi constatado que alguns cursos são realizados com uma carga horária de 650 horas/aulas, sendo que muitos cadetes policiais completam o treinamento básico com 400 horas/aulas e, excepcionalmente, nos melhores treinamentos os cadetes concluem o treinamento básico com 850 horas/aulas. Na University Academy, do Estado de Ohio, onde a pesquisa foi desenvolvida, os estudantes recebem um treinamento básico com 543 horas/aulas. Um dos pontos importantes identificados por Nancy Marion foi o tocante ao ambiente das academias. Muitas têm um ambiente semi militar, caracterizado com uso de exercícios físicos, trabalhos adicionais e assédio verbal, como mecanismos de punição para o comportamento inadequado dos alunos. No entanto, a University Academy não segue as práticas mencionadas, “não é requerido o uso de títulos para os instrutores se comunicarem com seus instrutores, pois é esperado um tratamento respeitoso por parte dos alunos”, e o uso de trabalhos extraclases são raros. (Marion 1998) também identificou que os instrutores são escolhidos com base em seus conhecimentos, em suas habilidades para lecionar, qualidades pessoais como camaradagem, maturidade, entusiasmo, confiança e alta auto-estima são privilegiadas. Isso se reflete na adoção do planejamento de suas técnicas de instrução. Outro fator importante é o aspecto interativo das instruções, onde há a participação dos alunos e adoção do método de estudo de casos por meio dos quais são demonstrados como os conhecimentos teóricos são aplicados na prática.

(Trautman 1986) identificou três tipos de aprendizados que ele considerou essencial para serem usados pelas academias de formação que desejem realizar um treinamento efetivo rumo á formação adequada e própria dos futuros policiais que são: aquisição de conhecimentos (Knowledge learning), desenvolvimento de habilidades (skill learning) e aprendizagem comportamental (attitude learning).

A aquisição de conhecimento , segundo (Marion 1998), corresponde à maior parte do conteúdo do curso de formação. Nessa fase, os alunos recebem o conteúdo teórico necessário para o desempenho adequado de suas funções como policial. Na University Academy essa fase corresponde a 345 horas/aula do curso total, e são lecionadas disciplinas como res-

ponsabilidade civil, ética, história da polícia, leis, violência doméstica, relacionamento com o público, vitimologia. Desenvolvimento de habilidades é o segundo tipo de aprendizado identificado por Trautman. Os alunos aprendem pela repetição dos movimentos, até que essas novas habilidades tornem-se naturais. Frequentemente são realizados exercícios práticos em campo ou por meio de simulações. Nesse momento os alunos têm contato com disciplinas eminentemente práticas relacionadas com as atividades diárias do serviço policial, como: tiro policial, defesa pessoal, educação física, comunicação, materiais perigosos (HAZMAT), controle de tráfego, técnicas de direção, emprego de armas químicas (OC spray, PR-24, ASP), investigação e primeiros socorros. O terceiro tipo de aprendizagem é comportamental. Essa fase do treinamento, segundo (Marion 1998), é o momento no qual os alunos recebem informações de como devem se portar face às diversas situações do dia-a-dia de um policial, bem como seu comportamento na sociedade de uma forma geral. Por fim, cabe destacar que o resultado do estudo indicou que, em particular, o programa de treinamento desenvolvido pela UA fornece aos alunos os conhecimentos básicos e necessários para o desempenho inicial da carreira de policial. Todavia, necessita ainda sofrer algumas mudanças para sua melhoria contínua.

(Lord 1998) realizou um estudo comparando o recrutamento e seleção da polícia na Suécia com o EUA verificando que o atual treinamento dos recrutas da Suécia é feito em dois períodos formais na Academia de Polícia da Suécia com 18 meses de treinamento de campo. O objetivo é oferecer tanto o fundamento teórico como o prático. O treinamento é baseado fundamentalmente em uma perspectiva democrática e cria um entendimento dos direitos humanos, valores democráticos e da importância de se ter uma atitude positiva com as pessoas. O treinamento é organizado de uma forma que o aluno adquira conhecimento e habilidade e desenvolva sua capacidade crítica para avaliar fenômenos de diferentes tipos; o treinamento fornece um aumento no conhecimento de condições internacionais e no entendimento de outras culturas.

(Engel and Burruss 2004), ao estudarem a reforma na polícia da Irlanda do Norte na transição para um modelo de política democrática, enfocaram a importância da inclusão da cadeira de direitos humanos no programa de treinamento para a formação da nova polícia. O treinamento na Police Service of Northern

Irland – (PSNI) é realizado em quatro estágios antes dos recrutas iniciarem o efetivo serviço na força. O primeiro estágio é de 10 semanas, o recruta é treinado em operações – primeiramente em tráfego e armas; o segundo estágio, também de 10 semanas, ocorre em unidades sob a orientação de um tutor; no terceiro estágio o aluno serve sob a direção de um policial experiente por um período de 44 semanas; o quarto estágio consiste em um período de 44 semanas e os alunos são avaliados antes de entrarem no serviço ativo da corporação. O currículo do programa de treinamento possui nove temas centrais que são: 1) direitos humanos: teoria e prática; 2) diversidade e incorporação de oportunidades iguais para comunidades e etnias; 3) policiamento comunitário; 4) segurança comunitária; 5) resolução de problemas; 6) ética profissional; 7) valores; 8) melhores práticas; e 9) saúde e segurança.

Em sua pesquisa, (Roberg and Bonn 2004) abordaram uma questão pertinente à formação do policial, o nível de escolaridade. Segundo os autores, o debate sobre a exigência de nível universitário para o exercício do serviço policial não é novo. Contudo, entre 1950 e 1960 o requisito mínimo para o ingresso nas forças policiais era o Ensino Médio (high school) ou um diploma equivalente. Nessa época, os policiais que possuíam uma graduação ou que estavam em uma universidade eram frequentemente visto com suspeição e desconfiança pelo seus pares e supervisores. Dois eventos significantes e inter-relacionados contribuíram para o crescimento dos programas de treinamento de dois e quatro anos de escolaridade nos anos 60: o primeiro evento foi um enorme aumento das taxas criminais que se iniciou por volta de 1960, e o segundo evento foi o aumento dos distúrbios nos guetos.

Dentre outros aspectos (Roberg and Bonn 2004) pesquisaram o impacto da alta educação no desempenho e atitudes dos policiais. Os autores focalizaram a pesquisa no nível de autoritarismo relacionado com o nível de escolaridade. Eles identificaram que os policiais que possuíam uma graduação eram muito menos autoritários em relação aos policiais que não possuíam uma graduação. Um outro ponto observado foi que tais policiais eram mais flexíveis em suas crenças. Outras evidências indicaram que os policiais que possuíam nível universitário não são somente conscientes dos problemas sociais e éticos/culturais em suas comunidades, mas também têm uma grande aceitação das minorias. Além disso, são

mais profissionais em suas atitudes e éticos em seus comportamentos.

Em relação ao nível de escolaridade, (Vickers 2000) pesquisou o serviço policial no contexto australiano e constatou que a complexidade do trabalho policial tem aumentado, sendo um fenômeno mundial. Em contra partida, as mudanças ocorridas requerem que os policiais evoluam em suas práticas operacionais. Nesse novo contexto, os policiais devem compreender e interpretar os fatos sociais, políticos e históricos da nova realidade, tais habilidades são provenientes de uma educação mais elevada. Para Vickers, a função da alta educação é de liberar a mente, levando as pessoas a dependerem da razão. Contudo, há resistência no interior das corporações australianas em relação a esse tipo de mudança, como relatado por (Fitzgerald 1989). Assim, uma educação mais elevada dos policiais é um fator que permite uma ação mais tolerante e menos autoritária.

A estrutura do programa de treinamento para soldado policial militar no Estado do Rio de Janeiro

Esta seção abordará a estruturação do programa de treinamento do soldado policial militar do Estado do Rio de Janeiro, tendo como parâmetros de comparação os programas de treinamento dos outros Estados da Federação, mantendo-se a correlação com a Matriz Curricular Nacional (MCN). Para alcançar o objetivo pretendido nesta seção, foram solicitadas informações à Polícia Militar de cada um dos 27 Estados-Membros da Federação a respeito das grades curriculares, carga-horária, plano de matérias, recrutamento e seleção dos candidatos e instrutores, avaliação das políticas de ensino. Dos 27 Estados pesquisados, somente 13 atenderam à solicitação: Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, São Paulo e Tocantins.

Antes de falar sobre o programa de formação, será abordado o processo de ingresso na PMERJ. O ingresso se dá mediante concurso público. O requisito de escolaridade exigido em todos os Estados pesquisados é o ensino médio completo. O processo de seleção na PMERJ é composto por prova escrita, exame médico, exame psicotécnico, exame físico e pesquisa social. No exame escrito são exigidos conhecimentos de matemática, português e redação. Em outros Estados, além desses conhecimentos mencionados,

são exigidos domínio em geografia, no Rio Grande do Norte e Tocantins; conhecimentos gerais, noções de direito e informática, em Alagoas; história, direito constitucional, direito penal e direitos humanos, em Tocantins. Quanto a esse aspecto, há de se fazer algumas considerações. Segundo (Milkovich and Boudreau 2006), o processo seletivo visa a solucionar dois óbices básicos em uma organização. O primeiro é o da adequação do homem ao cargo, e o segundo é o da eficiência e eficácia do homem no cargo. Nesse sentido, a seleção é um processo de comparação entre duas variáveis: de um lado, os requisitos do cargo a ser preenchido e do outro, o perfil das características dos candidatos que se apresentam. No tocante a análise de cargos, (Carrell et alli 2006) salienta que a mesma concentra-se em quatro áreas de requisitos quase sempre aplicadas a qualquer tipo ou nível de cargo: requisitos mentais, requisitos físicos, responsabilidades e condições de trabalho.

Dessa forma, pode-se analisar o processo seletivo para o provimento de cargo de soldado policial militar com sua descrição de cargo e interligar essas informações com o programa de treinamento. Em primeiro lugar, a pesquisa documental revelou que não há uma descrição minuciosa de que o soldado PM deve realizar. No Estatuto dos Policiais Militares, há somente duas referências às atribuições dos soldados PM's:

“Art. 37 – Os Cabos e Soldados são, essencialmente, os elementos de execução.

Art. 39 – Cabe ao policial-militar a responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar.”

Com essa descrição, não há parâmetros que subsidiem o processo seletivo para resolução dos problemas básicos citados anteriormente. Contudo, ao responderem ao quesito que investigava quais seriam as funções típicas de um soldado recém-formado, os Estados pesquisados afirmaram que o mesmo exerce o policiamento ostensivo. Novamente, uma definição genérica que não expressa o que realmente um policial executa diariamente. Dentro do policiamento ostensivo estão inclusas inúmeras modalidades de policiamento. A Diretriz Geral de Operações – DGO - conceitua o termo policiamento como sendo a ação de polícia visando ao cumprimento da lei, à manutenção da ordem pública e ao exercício dos poderes constituídos, executada pela polícia de manutenção da ordem pública. A DGO categoriza

os tipos de policiamento que são executados para o cumprimento da missão organizacional da PMERJ: Policiamento Ostensivo Geral, Policiamento de Radiopatrulha, Policiamento de Trânsito, Policiamento Rodoviário, Policiamento Ferroviário, Policiamento Portuário, Policiamento Fluvial e Lacustre, Policiamento Florestal e de Mananciais e Policiamento de Guarda.

Para compreender o que um policial faz em seu dia-a-dia, faz-se necessário recorrer ao que alguns autores apontam como sendo algumas tarefas próprias dos policiais: prender, relatar, tranquilizar, advertir, prestar primeiros socorros, aconselhar, mediar, interromper, ameaçar, citar, prevenir, reprimir crime, buscar e capturar delinquentes, controlar o trânsito, manter a ordem. (Rico 1992).

Tais tarefas denotam a necessidade de conhecimentos específicos, como por exemplo: o ato de prender um criminoso envolve conhecimentos de direito penal, processo penal, direito constitucional, administrativo; ao ato de reprimir um tumulto faz-se necessário conhecer direitos humanos, sociologia, psicologia, gerenciamento de crises. Dessa maneira, pode-se inferir que o exame escrito do processo seletivo na PMERJ não seleciona os candidatos de forma adequada para o treinamento que constitui outra etapa do processo de captação de recursos humanos para uma organização. A prova de matemática visa a medir o raciocínio quantitativo. A prova de língua portuguesa objetiva medir a compreensão e interpretação do candidato. Quanto aos conhecimentos jurídicos necessários ao desempenho da função, alguns Estados estão evoluindo nessa direção. Para satisfazer a primeira variável do processo seletivo que visa a adequar o homem ao cargo, faz-se necessário a satisfação plena do requisito mental. O exame escrito deveria compreender também noções de direito penal, administrativo, constitucional, legislação de trânsito, legislação ambiental, legislação especial. Todavia, o curso de formação de soldados na PMERJ é realizado em oito meses, tempo insuficiente para o aprofundamento nesses tipos de conhecimento. Fato que não ocorre no curso de formação de oficiais, no qual tais conhecimentos são exauridos em tempo satisfatório, pois o curso é de nível superior, não sendo necessária a exigência de conhecimentos prévios na área jurídica.

Após o processo de seleção, os candidatos aprovados são submetidos a um treinamento de 1160 horas/aulas. Esse treinamento é realizado no Centro de Formação de Praças 31 de Voluntários (CFAP 31ºVOL).

Atualmente, algumas unidades operacionais também estão realizando tal treinamento, como é o caso das unidades localizadas nos municípios de Campos e Nova Friburgo. A justificativa para a autorização desses treinamentos é o fator da distância e a possibilidades de aumentar a captação de candidatos que residam no interior do Estado. Em 67% dos Estados que responderam à pesquisa, o programa de treinamento é realizado de forma descentralizada.

O Curso de Formação de Soldado Policial Militar (CFSd), atualmente, possui uma carga horária de 1160 horas / aulas, com uma duração de 32 semanas. O programa está dividido em três módulos. Sendo o módulo I, teórico; o módulo II, teórico e prático e o último, prático onde os alunos realizam um estágio supervisionado nas unidades operacionais da PMERJ, perfazendo um total de 288 horas / aula.

O programa possui as seguintes disciplinas: Módulo I - ética e direitos humanos (10h/a) ; psicologia e stress policial (08h/a); biossegurança e abordagem em urgência (primeiros socorros) (20h/a); português instrumental (25h/a); educação física (112h/a); informática (20h/a); policiamento ostensivo (18h/a); legislação aplicada a PMERJ (18h/a); história e organização policial (10h/a); armamento (19h/a); ordem unida (20h/a); tiro policial (20h/a); noções de telecomunicações (16h/a); defesa pessoal no uso comedido da força (30h/a); legislação de trânsito (12h/a); fundamentos da abordagem (15h/a); fundamentos de conhecimento jurídico (24 h/a); imagem institucional da polícia (10 h/a); segurança pública, social e humana (06 h/a); condições do trabalho do policial (06 h/a); modelos de polícia comunitária e policiamento preventivo (10 h/a); criminalística aplicada e criminologia (08 h/a); legislações especiais (08 h/a); sociologia jurídica (08 h/a). Módulo II – prática policial cidadã – viva rio (20h/a); tiro policial (48h/a); educação física (34h/a); defesa pessoal e o uso comedido da força (32h/a); instrução tática individual (40h/a); oficina de práticas operacionais (10 h/a). Módulo III – estágio prático operacional (288h/a); outras atividades inerentes ao curso – palestras (10h/a); serviços internos (146h/a); feriados (54h/a); treinamento para formatura (28h/a); solenidades (16h/a); providências administrativas (16h/a), conforme ementas em anexo.

Antes de tecer algumas considerações a respeito do treinamento realizado pela PMERJ para o preenchimento do cargo de soldado policial militar, faz-se necessário compreender quais são os objetivos de um treinamento. Recorrendo a (Milkovich and Bou-

dreau, 2006, 338), o autor dentre outras definições, considera o treinamento como sendo “o processo sistemático para promover a aquisição de habilidade, regras, conceitos ou atitudes que resultem em uma melhoria da adequação entre as características dos empregados e as exigências dos papéis funcionais”. O treinamento está relacionado com as atuais habilidades e capacidades exigidas pelo cargo. O treinamento objetiva atingir uma mudança comportamental.

Como foi analisado anteriormente, o treinamento também tem uma ligação estreita com a descrição de cargo. No caso em questão, não foi detectada uma descrição precisa e detalhada do que o soldado PM faz no seu dia-dia na qual pudesse ser visualizada suas atribuições, responsabilidades, conhecimentos necessários que balizariam a modelagem do treinamento. Nesse sentido, a MCN tenta suprir em parte essa lacuna quando propõe em linhas gerais o estabelecimento de um perfil profissiográfico. Percebe-se que o treinamento na PMERJ não está ancorado em descrição de cargos, nem em um perfil profissiográfico. A MCN proposta pelo SENASP foi construída baseada em um perfil profissiográfico destinado à atuação das polícias em uma sociedade democrática.

A análise das grades curriculares dos programas de formação para soldado policial militar, no período de 1997 a 2006, revela que há uma correlação entre o programa de treinamento do CFSd e a MCN. Contudo, não se pode afirmar que tal correlação é proveniente de uma ação estatal de conformidade à MCN. Isso pode ser observado no currículo do CFSd de 1997, no qual a correlação era de 34%. Pode-se inferir, portanto, que tal correlação se deve ao fato de tanto as polícias militares quanto a SENASP tratarem da mesma questão em proporções distintas. A MCN propõe a visão de um treinamento com um conteúdo que proporcionará aos policiais terem os conhecimentos necessários para o desempenho da sua atividade focada em uma sociedade democrática. Essa análise mostra que, do ano de 2000 até 2004, o percentual de correlação foi reduzido ao patamar de 31%. Nos anos seguintes, 2005 e 2006, houve um aumento nessa correlação. Em 2005, o percentual de correlação foi de 41% e em 2006 chegou a 52%. Isso se deve ao fato de uma ação estatal, na qual foi determinado que se adequasse o currículo do CFSd à MCN. A Tabela 1 reflete exatamente o que se tratou aqui.

No Quadro 1 foram estabelecidas algumas comparações entre a grade curricular apresentada pelo SENASP e os programas de treinamento de treze polícias militares,

tendo sido calculado o percentual de disciplinas implementadas, bem como o percentual que a carga horária das disciplinas correspondentes a MCN representam em relação a carga horária total do treinamento.

No Quadro 1 foi realizada uma comparação entre as grades curriculares dos programas de formação de soldados pertencentes às polícias militares que compõem a amostra e a MCN. Verificou-se que as mesmas apresentam correlação com a MCN, conforme ilustrado no Quadro 1. O menor índice de correlação foi o do Estado do Rio Grande do Norte, com 37,93% de correlação; Rio de Janeiro, com 51,72%; Roraima, com 51,72%; Paraíba, com 55,17%; Alagoas, com 55,17%; Distrito Federal, com 62,07%; Espírito Santo, com 62,07%; Rondônia, com 68,97%; Minas Gerais, com 75,86%; Pernambuco, com 79,31%; Paraná, com 79,31%. Já com o maior índice de correlação, temos o Estado do Tocantins, com 93,10%. Em relação ao universo de matérias que compõem as grades curriculares dos programas de formação policiais militares da amostra em questão, verificou-se que o somatório das cargas horárias das disciplinas correlatas à MCN correspondem no Rio de Janeiro a 35,52% do total da carga horária do CFSd; na Paraíba, a 40,38%; em Pernambuco, a 45,26%; seguido por Rio Grande do Norte, com 45,56%; em Rondônia, o percentual é de 46,34%; em Roraima, corresponde a 48,62%; no Distrito Federal, 52,37%; no Espírito Santo, 53,13%; em Alagoas, 53,33%; em Minas Gerais, 55,65% e no Paraná, 57,59%. O Estado com o maior percentual é o Tocantins, com 59,94%. O gráfico 1 ilustra de forma clara essa relação.

O que se constata é que a MCN não é o curso de formação. Ele compõe em cada Estado uma parcela da grade curricular dos programas de treinamento. Isso confirma que os Estados são autônomos para implementarem disciplinas afetas a sua realidade. Contudo, as disciplinas que compõem a MCN visam a fornecer as informações necessárias para a atuação do policial em uma sociedade democrática. No caso específico do Rio de Janeiro, o percentual de correlação é o penúltimo da amostra e o último em relação ao (%) de carga horária que as disciplinas correlatas à MCN correspondem à carga total do curso. O oposto dessa situação é verificado no Estado de Tocantins, onde a correlação com a MCN é 93,10%, o que corresponde a quase 60% de todo o curso. Isso quer dizer que, nesse Estado, o CFSd além de oferecer uma grade curricular compatível com a idéia de formar o policial com foco de atuação em uma socie-

dade democrática, ainda complementa a formação com informações inerentes à realidade do Estado.

Na última coluna do Quadro 1, pode-se observar o percentual de implementação de cada disciplina da MCN na amostra em questão. Com 100% de implantação temos as seguintes disciplinas: arma de fogo, pronto socorrismo, direitos humanos e saúde física. E com o menor índice de implantação, 16,67%, verificam-se as seguintes disciplinas: qualidade em serviço e processo de tomada de decisão aplicado.

No Quadro 2 pode ser observado, de forma mais precisa, a distribuição das cargas-horárias, que as Polícias Militares dos Estados estão implementando em seus CFSd's por área de estudo considerada pela MCN. Desta forma, podem ser identificadas as áreas que as corporações estão priorizando na formação do soldado policial militar. O Quadro 2 não proporciona uma visão clara a respeito da ênfase que é dada por cada Corporação, em relação as áreas de estudo nos Cursos de Formação de Soldados Policiais Militares. Sendo assim, os dados foram agrupados por categorias e dispostos em ordem crescente. Desta forma, pode-se fazer uma comparação entre os Estados que compõem a amostra.

O Gráfico 2 ilustra a distribuição da carga-horária implementada pelas Polícias Militares, dos Estados membros da nação brasileira que responderam a pesquisa, nos cursos de formação de soldados policiais militares. Inicialmente, pode-se inferir que as áreas de estudo que são mais priorizadas nesta amostra são a cultura jurídica aplicada, técnica policial, e saúde policial. Das três áreas citadas, a PMERJ apresenta o menor índice na áreas de cultura jurídica aplicada. Por sua vez, como veremos a diante, as entrevistas revelam um necessidade dos soldados policiais militares nesta área de estudo.

Os dados que compõem o Gráfico 3 apresentam os seguintes valores: média de 68,38 h/a; mediana de 56 h/a e desvio padrão de 40,47 h/a. Inferindo a respeito destas informações, pode-se dizer que o valor do desvio padrão aponta para uma grande dispersão dos dados. Nesta categoria, a PMERJ apresenta um valor abaixo da média da amostra, indicando pouco interesse por esta área de estudo.

Os dados que compõem o Gráfico 4 apresentam os seguintes valores: média de 178,61 h/a; mediana de 185 h/a e desvio padrão de 44,47 h/a. Inferindo a respeito destas informações, pode-se dizer que o valor

do desvio padrão aponta para uma pequena dispersão dos dados. Nesta categoria, a PMERJ apresenta um valor acima da média da amostra, indicando um interesse, por esta área de estudo, médio.

Os dados que compõem o Gráfico 5 apresentam os seguintes valores: média de 167,46 h/a; mediana de 160 h/a e desvio padrão de 85,65 h/a. Inferindo a respeito destas informações, pode-se dizer que o valor do desvio padrão aponta para uma grande dispersão dos dados. Nesta categoria, a PMERJ apresenta um valor inferior a média da amostra. O valor praticado pela PMERJ é o menor da amostra, indicando um interesse, por esta área de estudo, muito fraco.

Os dados que compõem o Gráfico 6 apresentam os seguintes valores: média de 94,15 h/a; mediana de 100 h/a e desvio padrão de 31,11 h/a. Inferindo a respeito destas informações, pode-se dizer que o valor do desvio padrão aponta para uma pequena dispersão dos dados. Nesta categoria, a PMERJ apresenta um valor acima da média da amostra, indicando, um interesse por esta área de estudo, adequado.

Os dados que compõem o Gráfico 7 apresentam os seguintes valores: média de 28,38 h/a; mediana de 20 h/a e desvio padrão de 18,07 h/a. Inferindo a respeito destas informações, pode-se dizer que o valor do desvio padrão aponta para uma alta dispersão dos dados. Nesta categoria, a PMERJ não apresenta nenhum interesse por esta área de estudo, tendo em vista que não implementou nenhuma disciplina que compõem esta área.

Os dados que compõem o Gráfico 8 apresentam os seguintes valores: média de 61,23 h/a; mediana de 60 h/a e desvio padrão de 31,31 h/a. Inferindo a respeito destas informações, pode-se dizer que o valor do desvio padrão aponta para uma grande dispersão dos dados. Nesta categoria, a PMERJ apresenta um valor abaixo da média da amostra, indicando um interesse por esta área de estudo relativo.

A análise das informações sistematizadas neste estudo, revelam que a PMERJ prioriza as áreas de técnica policial e saúde do policial no CFSd. Dando pouca ênfase a cultura jurídica, eficácia pessoal, missão policial e linguagem e informação, em comparação com outras Co-irmãs que compuseram a amostra. Desta forma, pode-se inferir que atualmente a PMERJ, com este modelo de formação, enfatiza uma formação de seus agentes públicos direcionada para reatividade.

Resultado da Pesquisa Qualitativa

A partir das respostas dadas pelos policiais militares entrevistados, foram elaboradas cinco categorias: O hiato entre o planejamento e a execução; O ensino, os instrutores e o investimento em formação; A qualificação do policial; O “day after” ao CFSd: a percepção do policial militar em relação a sua formação e os desafios diários de sua profissão; O que melhorar no CFSd na visão dos soldados policiais militares;

Finalmente, os dados coletados e categorizados foram interpretados por meio de procedimentos qualitativos. Os seus resultados estão dispostos da seguinte forma:

O hiato entre o planejamento e a execução

O eixo central identificado na categoria perpassa pelo desvio de finalidade do curso. Um dos pontos identificados como crítico é a utilização dos alunos em atividades adversas aos objetivos do treinamento, como a realização de serviços de limpeza no CFAP, como em outras unidades; serviço de manutenção de equipamentos; pinturas; apoio em jogos de futebol e policiamento de praia. O que se percebe é que esse efetivo de alunos é utilizado para suprir alguma deficiência de ordem gerencial da organização, como contratação de funcionários para limpeza e manutenção de quartéis. Um outro ponto, também crítico em relação à capacitação dos soldados relatado pelos entrevistados, é o fato de não serem ministrados conhecimentos suficientes de direito penal, constitucional, administrativo, manuseio e utilização de armamento, bem como fundamento de abordagem que os habilitem ao exercício de suas funções.

“No dia que tinha serviço a gente não assistia a instrução. Só tirava serviço [...]”[Sic] (Soldado PM Soares, em formação).

“O curso não é bom porque você fica nisso, à disposição, a prioridade, ao contrário do que deveria ser, não são as aulas [...] muitas aulas foram perdidas porque, por questão de serviço extra [...]”[Sic] (Soldado PM Da Cruz, em formação)

“Rotina diária? Muito frandu. Frandu é serviço, é, de rancho, é, capinar, roçar, foi muito isso. Eu achei que teve poucas instruções no lado mesmo de policial militar mesmo, eu achei que teve muito pouco. Eu achei fraco até. Porque eles deveriam investir mais no que a gente vai fazer no

dia a dia na rua, dar mais tiros, abordagem, foi muito pouco isso que a gente aprendeu [...] a gente vem pra rua quase que ali meio cego. A gente vai aprendendo dia a dia na rua, a gente não chega na rua preparado, preparado mesmo pra atuar. A primeira ocorrência a gente bate de frente, a gente fica perdidinho, não sabe como proceder. **Aí, numa dessas, você se proceder errado pode acabar preso ou fazendo uma besteira [...] eles perdem muito tempo com coisas que não é necessária, tipo faxina, militarismo, coisas que a gente não usa a dia na rua [...] tiro mesmo, um exemplo, tiro de fuzil não dei nenhum lá. Se eu pegar um fuzil agora eu não vou saber como usar [...] **Aí, quer dizer, você se forma lá, chega na rua, vem no batalhão, aí tem uma operação, te dão um fuzil na sua mão, aí você tem aquele, tem quase que aprender a manusear aquilo dentro da viatura, pra chegar no morro e já, e ter responsabilidade pelo seu tiro, coisa que a gente não aprendeu lá. [...]**”**[Sic] (Soldado PM Renato, em formação)

“No CFAP. Eu me formei nas fileiras do CFAP. É, o meu curso, nós tínhamos dois meses de adaptação básica, dois meses estagiando em um batalhão na rua e dois meses de volta no CFAP, no total de seis meses. [...] Bom, a nossa rotina basicamente era essa. **Fomos pra rua, ficamos dois meses onde não aprendemos nada; a gente foi pra rua com cinco tiros, noções mínimas de, de direito, uma coisa assim, usando simplesmente o bom senso. [...] **Simplemente eles pegam o policial, pega o homem a ferro e fogo, moldam ele; vira policial e fala “meu filho, agora vai pra rua, bota um arma na sua cintura e seja o que Deus quiser!”** Eu acho que isso é deficiente.”** [Sic] (Soldado PM Ângelo, entre três e cinco anos de serviço)

“O curso [...] de instrução? Muita instrução de diversas matérias, é, aulas teórica, aulas práticas, curso de tiro, o preparo necessário, só que a minha opinião é que, pô, pode colocar os melhores instrutores, pô, de qualquer forma nunca vai ser **o curso ideal, adequado porque isso aí eu não coloco a culpa nem na instituição, nem na polícia militar, mas pelo, ao governo porque a gente tem instrução de tiro, mas não tem munição pra dar a quantidade necessária; mas não culpo nem a polícia, mas, mais o gover-**

no porque falta mais investimento no curso. E eu fui do CFAP e foi um dos melhores cursos. Pô, tem policiais que se formam em batalhão e dá uns dez tiros só no curso inteiro. Eu dei bastante tiro, mas eu acho que ainda não é necessário.” [Sic] (Soldado PM Manoel, entre três e cinco anos de serviço)

O que se observa a partir dos relatos é que os policiais são formados como recrutas do Exército. A discussão central, percebida na fala dos entrevistados, é o desvio de finalidade do curso. Pode-se inferir que o CFAP não forma profissionais para interagir com a sociedade em seus vários segmentos. A percepção que se tem é de que a Polícia Militar prioriza a quantidade, em detrimento da qualidade. Parece que os recrutas são peças de reposição para preencher e ocultar os óbices organizacionais, como a contratação de funcionários para a realização da manutenção das unidades operacionais. Nesse sentido, há de se refletir a respeito de uma mudança cultural que contemple a valorização do profissional de segurança pública. Tal valorização inicia-se nos bancos escolares. No caso em questão não se percebe tal valorização, pois, os alunos do curso de formação de soldados são submetidos a atividades que não possuem relação com o conteúdo programático e nem com a prática diária de um profissional de segurança pública.

O ensino, os instrutores e o investimento em formação

Nesta categoria serão abordados dois aspectos importantes inerentes ao desenvolvimento do processo de ensino na PMERJ. O primeiro aspecto diz respeito à capacitação dos instrutores. O instrutor é um elo importante no processo ensino-aprendizagem do curso de formação de soldados, pois ele é responsável pela transmissão de informações e pela ilustração de fatos do cotidiano que, somados à teoria, proporcionam ao aluno um momento de reflexão a respeito de como se deve agir. O segundo aspecto está relacionado ao nível de investimento que a PMERJ mantém em relação ao ensino policial, e como a instituição investe em infraestrutura no Centro de Formação de Praças e em Unidades Operacionais em que são realizados os cursos de formação para soldados.

“Os instrutores são muito bons, faziam o que era possível dentro do que tinham, né, **porque muitas vezes não há munição, de repente o armamento não ta em condições, então, as vezes a**

própria aula dele é suspensa por esses motivos, né, de escala extra de serviço, mas as aulas eram em geral muito boas, muito boas, só que entra também outro aspecto do militarismo, né, porque as aulas [...] os responsáveis pelas aulas são oficiais, mas quem realmente ministra as aulas são os praças.” [Sic] (Soldado PM Da Cruz, em formação)

“Ali praticamente, eu só tive um instrutor, dois aliás, que eram os dois sargentos. Bons, eles eram bons [...] Eles foram bons instrutores [...] Só dois. Os outros que vinham dar instrução que eram às vezes escalados lá, não tinha muito não, mas esses dois especificamente sabiam lidar com o aluno e sabiam passar as informações corretamente.” [Sic] (Soldado PM Miranda, entre um e três anos de serviço)

“Nós tivemos [...] foram uns 10 tenentes que eram instrutores, além do tenente que era monitor do curso, do pelotão. Então, cada um dava um tipo de instrução: instrução de tiro, era o tenente tal. Nós fizemos técnicas de abordagem, até tava conversando esses dias com um colega [...] na época, no CFAP fizeram umas armas de madeira porque a gente não podia usar arma real, usava arma de madeira mesmo fazendo as abordagens, foi bem criativo [...]” [Sic] (Soldado PM Dorazil, entre três e cinco anos de serviço)

No tocante aos instrutores, percebe-se uma necessidade de preparação para exercer sua tarefa com mais eficácia. Ressalta-se ainda, que os mesmos devem ser bem treinados e possuírem uma grande experiência na aplicação da lei. Essa capacitação proporcionará a elaboração de exercícios práticos baseados em fatos reais, o que propiciará aos alunos a oportunidade de inferirem e analisarem as ocorrências sem estarem sob a pressão do momento. Certamente, é o que se espera de um bom instrutor.

Em relação ao segundo aspecto da categoria os entrevistados afirmaram que:

“A infra-estrutura é precária. Não é adequada, com certeza. As salas de aula têm ventiladores, tem tudo, pô, a maioria, **a manutenção é feita por nós...desde limpeza de banheiros, instalação de ventiladores, limpeza, tudo é feita pelos próprios alunos. Existe um dia na grade curricular só para isso.** A estrutura nas salas é boa, mas em outras coisas não. O estande de tiro não é coberto, então, em dia de chuva você não pode praticar essa aula [...] ao redor do

campo pra atividade física se chovesse também não daria porque o piso é de argila, né, então, faz lama, não tem como. Então, algumas coisas ainda tão precárias, mas outras tão boas, tem que ser melhoradas ainda.” [Sic] (Soldado PM Da Cruz, em formação)

“não [...] faltava muita coisa lá a sala de aula era apertada: **eram 120 alunos**. Sala pequena, não tinha infra-estrutura de alojamento [...]” (Soldado PM Silva, entre um e três anos de serviço)

“Acho que sim. Porque tem todo um espaço, por exemplo, pra educação física tem uma quadra enorme, tem campo pra você fazer a parte de educação física. Tem diversas salas de aula pra formação teórica, acho que tem até em excesso. O excesso, nesse ponto, é até válido, né. É a estrutura do CFAP, 100%. Pelo meu ponto de vista, achei 100%, tem todo um fundamento pra fazer um curso.” [Sic] (Soldado PM de Souza, entre um e três anos de serviço)

“Sim, acho que sim [...] Porque tem alojamentos que comportam a maioria do pessoal. Porque o pessoal que mora longe reside no acampamento. E as instruções são muito boas.” [Sic] (Soldado PM Francisco, entre um e três anos de serviço)

“Não, não. Não era estrutura adequada pro ensino não, mas deu pra [...] dá pra você aprender alguma coisa lá, dá pra ministrar uma aula lá.” [Sic] (Soldado PM dos Santos, entre três e cinco anos de serviço)

A análise de conteúdo dessa categoria reforça a impressão de que a Polícia Militar está mais preocupada em quantidade do que em qualidade. Nos trechos transcritos, a falta de investimento em infraestrutura para a realização de cursos de formação de soldados é apresentada como um ponto em comum, tanto no CFAP quanto em unidades operacionais, perpassando pela necessidade de melhor capacitar o instrutor para o ensino na instituição. Essa percepção pode ser mais bem ilustrada levando-se em consideração o resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, na qual ficou patenteado que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro não realiza um planejamento financeiro e orçamentário adequado. As prioridades são estabelecidas de forma contingencial. Os efeitos dessa prática podem ser percebidos nos relatos da categoria, os quais constroem a imagem de que a formação dos soldados não é uma prioridade para a PMERJ.

A qualificação do policial

No Brasil, atualmente, as polícias militares estão exigindo o ensino médio como um pré-requisito para o ingresso de candidatos em suas fileiras. Contudo, a pesquisa bibliográfica revelou que alguns países da América do Norte e da Europa, adotaram como pré-requisito a exigência de nível superior para o ingresso em algumas corporações policiais. No Brasil, essa mudança ocorreu para o ingresso na Polícia Federal. A intenção seria buscar profissionais que possuíssem um melhor conhecimento, proporcionando assim, uma compreensão e habilidade maior para lidar com os diversos conflitos sociais dentro de uma perspectiva de atuação como solucionadores de problemas e não de supressores de óbices.

Para tanto, foi perguntado aos entrevistados se seria importante para execução do serviço policial a exigência de nível superior para o ingresso na PMERJ. Nos trechos a seguir podemos perceber a impressão dos entrevistados a respeito desta problemática:

“Não dá. Aqui não dá não...não dá não. Eles não investem nada em educação, não investe nada. O cara pra tirar o terceiro grau hoje tem que ser um artista pra concluir o terceiro grau. Faculdade no preço que ta, como é que você vai conseguir ingressar numa faculdade, numa faculdade federal, ou estadual, que seja, com essa qualidade de ensino que a gente tem aí, greve direto, isso, aquilo. Então não dá pra fazer essa cobrança aqui não.” [Sic] (Soldado PM Sergio, em formação).

“Pô, eu acho que pra praça, pra nível de soldado eles tão exigindo muito porque eu acho que isso dá um pouco de problema. Porque acho que quanto mais a pessoa tiver instrução maior senso crítico ela tem, conseqüentemente, mais ela vai se tornar insatisfeita com certos desmandos. Então, pra questão de soldado, pro que eles querem, porque eles não querem uma pessoa pra dialogar, eles querem uma pessoa, pô, infelizmente o cidadão comum pra vista em alguns casos só pra agir, fazer o que é dito sem sequer questionar. Então, pra soldado eu acho que o certo seria o segundo grau como é, mas vai gerar realmente muita insatisfação, né!” [sic] (Soldado PM Da Cruz, em formação).

“[...] em relação nível superior ou Ensino Médio, eu acho que também não influi. Teria que ter uma formação policial melhor, um centro de formação policial militar, entendeu, onde tivesse aula de le-

gistração, aula de diversas matérias referentes ao cotidiano do policial militar. Isso falta na Polícia [...]”[Sic] (Soldado PM Silva, entre um e três anos de serviço).

“O problema não é nem o nível, o problema é o curso. O 2º grau é, mas o problema é durante o curso, você fazer o curso. Ter instrução, o cara chegar, como te falei, ensinar esse tipo de ocorrência melhor pro policial, até o Código Penal, o cara passar pro policial. O Código Penal até em âmbito administrativo no batalhão porque se acontecer alguma coisa, você fica respondendo e embasar o policial nisso aí: agir assim, assim, assim [...] ocorrência, dar vários exemplos de ocorrência, pegar TRO, que é o que a gente preenche lá, preenchido. Ensinar o BRAT, massificar isso aí, pra quando o policial ir pra rua, ele aprender, entendeu. Porque não adiante nada fazer o que a gente faz aí. O cara pode até entrar com nível superior, vamos supor: ‘PM agora só com nível superior’, mas se o sistema de formação for o mesmo, o cara vai pra rua [...] Infelizmente, você aprende na prática. Isso é perigoso nesse no serviço de polícia, aprender na prática é um perigo.” [Sic] (Soldado PM Miranda, entre um e três anos de serviço).

“Não. Porque a própria população não estaria preparada pro policial preparado, não estaria. Não há possibilidade de chegar em determinadas situações, não há necessidade de você chegar em determinadas situações [...] Mas não seria necessário dentro desse aspecto do atendimento rádio-patrolha. O 2º Grau está suficiente. Como lhe falei, deveria ter um incentivo pra que houvesse continuidade, um curso onde o [...] um curso que fosse ligado à segurança pública ou fosse aquela faculdade que como vários de nós estão cursando.” [Sic] (Soldado PM Castilho, entre três e cinco anos de serviço).

Nessa categoria observa-se que, de uma forma geral, o nível de escolaridade exigido atualmente não tem relação direta com algum tipo de agregação de valor na atividade policial, nem mesmo com o programa de treinamento. Os relatos indicam que os policiais hoje realizam as mesmas atividades que anteriormente eram desempenhadas por profissionais com o primeiro grau. De uma forma geral, os entrevistados acreditam que ter conhecimento é importante. Contudo, pelos problemas estruturais enfrentados pela Polícia Militar, não seria viável exigir o terceiro grau para o ingresso como soldado policial militar. Antes,

o papel do policial deveria ser repensado, condições de remuneração revistas e o homem mais valorizado para que tal mudança surtisse o efeito desejado.

O “*day after*” ao CFSd: a percepção do policial militar em relação a sua formação e os desafios diários de sua profissão

O conteúdo classificado nesta categoria sintetiza a percepção do policial em relação ao curso de formação. A impressão central identificada nos relatos aponta para uma sensação de despreparo do policial. A maioria não se sentiu preparado para enfrentar a realidade diária do serviço policial no Rio de Janeiro. Diversas foram as razões alegadas para a formação dessa impressão: em primeiro lugar, os entrevistados relataram que se sentiram despreparados para o uso do armamento em virtude das poucas aulas de tiro e armamento que tiveram no CFAP; alguns relataram que se sentem inseguros em abordar determinadas pessoas pela falta de conhecimento para lidar com a situação; os policiais com mais experiência profissional alegaram que aprenderam mesmo nas ruas, no dia a dia, com seus superiores diretos; outros afirmaram que o CFAP forma para o combate, e não para lidar com questões sociais. De certa forma, essa categoria reflete a imagem que os policiais possuem do curso de formação, a imagem de um curso que não os prepara para os desafios cotidianos da profissão.

“Eu acredito que não porque, é só tirar em relação a certas condutas. Eu vejo muito policial que se melindra quando pára um carro importado, fica com medo de quem possa ser. Aqui em Niterói é assim, por exemplo, pelo que eu vi porque eu moro no Rio. Pelo o que eu vi aqui em Icaraí é difícil trabalhar, ou seja, é, alta sociedade, pessoas de poder, no caso, tem muitos juizes, desembarcadores, e eu vejo policial ficar melindrado, o policial tem medo de abordar. Eu já ouvi dizer que aqui... não querem que fiquem abordando os carros na rua porque, pra não arrumar problema, entendeu? Porque todo mundo vem assim “sabe quem eu sou”. Aquela velha frase. Só que comigo não funciona. Se tiver errado vai ficar [...] porque eu não quero saber. Eu acho aí que tá a democracia, o problema aí porque se a gente tivesse realmente consciência do que, de como agir democraticamente, acho que não se melindraria não. Levaria pra frente independentemente de quem for.” [Sic] (Soldado PM Ribeiro, em formação).

“Não, devido a faltar vários requisitos no curso, o policial após o curso de formação sai com uma base fraca. E a partir do momento que você se torna policial, seja ele, militar, civil, federal, você tem o direito de cercear a liberdade de uma pessoa ou até a vida. Se não tiver uma base pra usar essa profissão, você pode responder [...] Às vezes, até por falta de estrutura de uma formação, você pode cometer um erro. Pode vir até a responder por esse erro [...] Por exemplo, você não poderia sair do curso de formação com dúvidas. Por exemplo, não saber manusear um fuzil, pistola até aprendi lá durante o curso, mas fuzil [...] Tirar o material bélico, pedir ajuda a um colega: ‘você poderia me passar uma instrução desse fuzil? Como é que manuseia?’ **Depois de formado, que eu vim a dar tiro de fuzil**[...] Instrução lá no CFAP, isso falha. O policial acaba de se formar, sai pra uma operação policial com armamento que você nunca manuseou, não sabe como funciona o armamento, você pode efetuar um disparo errado, vim a atingir uma pessoas inocente. E, no caso, o policial militar responderá por esse ato.” [Sic] (Soldado PM Silva, entre um e três anos de serviço).

“Do jeito que tá não. Tiro? Por exemplo, eu tô há quatro anos na Polícia Militar e nunca atirei com fuzil e já trabalhei com fuzil, aqui pela PM. A nossa munição no curso, pra dar tiro de pistola no curso, a gente comprou a munição. O pessoal se reuniu e comprou a munição que o batalhão não tinha, senão a gente ia se formar e não ia atirar com essa pistola aqui. O tiro, se a gente deu o que , no curso eu posso contar quantos tiros eu dei. Dei 10 com essa pistola aqui e 12 de 38, mais ou menos por aí. E, no último dia, demos com outros armamentos, mas foi muito pouco também, 12 de metralhadora, mas que nem é usada aí, nem tem lá mais pra usar. Tinha que massificar tudo isso, desde tiro, instrução com armamento, até armamento que você vai usar às vezes na viatura, entra o cara: ‘ah, sabe mexer no fuzil?’ ?Sabe atirar, saber mexer já é quase [...] “Não sei mexer”. Aí você tem que ensinar pro cara ali na hora como é que mexe pro cara poder trabalhar com aquele armamento.” [Sic] (Soldado PM Miranda, entre um e três anos de serviço).

“Não, é muito deficiente. O policial sai do CFAP sem saber nada. O policial sai do CFAP, uns com muito medo e outros muito afoito [...] não tem

aquela média. Uns já sai querendo ir pro serviço burocrático e outros já saem: “Não, tem que trabalhar no 22º que é um batalhão de ação [...]” Eu acho que tinha que ser dosado isso, as instruções do CFAP voltada pra que o policial chegue no batalhão sabendo exercer sua área” [Sic] (Soldado PM Dorazil, entre três e cinco anos de serviço).

Nessa categoria, tem-se uma nítida impressão de que a forma como o treinamento é conduzido não prepara os policiais para a execução apropriada do serviço policial em uma sociedade democrática. O que se percebe é que os policiais estão sendo formados sem possuírem uma base adequada de conhecimentos que lhes proporcionarão subsídios para a resolução dos conflitos do cotidiano do Rio de Janeiro.

O que melhorar no CFSd na visão dos soldados policiais militares

Nessa última categoria, buscou-se conhecer quais modificações deveriam ser implementadas no curso de formação de soldados na ótica do policial militar, para que estivesse em consonância com os atributos das suas funções no dia a dia.

Assim, a análise do conteúdo dos relatos dos entrevistados revelou que deveria ocorrer um maior investimento em infraestrutura, proporcionando um ambiente mais adequado para transmissão de conhecimentos e realização de exercícios práticos; reformular a grade curricular dando ênfase às disciplinas como direito constitucional, penal, administrativo, tiro policial e armamento, técnicas de abordagem, defesa pessoal, contemplando também, um aumento da carga horária; empregar professores mais qualificados; extinguir o emprego dos alunos em serviços gerais, manutenção, pintura, capinação de áreas do CFAP e de outras unidades; priorizar o ensino policial em detrimento do militarismo; e valorizar a instrução acima de tudo.

“Bom, infra-estrutura que [...] melhorasse a convivência lá, [...] que o policial, o aluno, o recruta, no caso, não precisasse ter de tirar do bolso, às vezes, pra fazer uma intera pra comprar um ventilador, pra resolver alguma coisa, pra ter um conforto melhor, pra conseguir até assimilar as aulas melhor [...] tinha vezes que tinha um bebedouro só funcionando pra uma companhia inteira, quase 600 pessoas [...] o almoço também, uma hora de almoço pra seiscentas pessoas almoçar. Teve época lá que tinha mil pessoas pra almoçar. En-

tão, numa hora, então, você até chegar sua vez, às vezes, você só dava tempo de comer e voltar, não dá tempo nem de escovar os dentes, você tinha que entrar na instrução, e, às vezes, chegava atrasado. E eu acho que deveria atualizar as apostilas, fazer aulas didáticas de tudo, focar mais a parte do direito constitucional, processo penal, penal mesmo porque a realidade hoje é outra e não tá sendo feito isso não, passa muito rápido, é pouca coisa e o que a gente vive aí na rua a realidade é outra.” [Sic] (Soldado PM Soares, em formação).

“Olha, eu acho que tem que até aplicar bastante direito, como eu tinha dito anteriormente, o direito constitucional, conhecer a constituição federal, saber, ter direito penal, conhecer o código penal, é, ler, ter bastante instrução do direito administrativo,[...], bastante técnica de abordagem, é seja em favela seja no que for, manusear arma, eu acho que diminui tudo. **Se o cara sabendo atirar bem [...] não vai ficar dando tiro a esmo acertando pessoas que não têm a ver, se ele souber manusear a arma ele não vai dar tiro acidental pra matar o amigo, se ele souber direito administrativo, penal, constitucional ele não vai pensar duas vezes em tratar o cidadão do jeito errado.** De certa forma, ele vai adquirir conhecimento, vai adquirir cultura, vai se tornar uma pessoa mais inteligente, mais instruída vai pensar duas vezes em fazer uma coisa errada e assim vai se formando uma polícia melhor.” [Sic] (Soldado PM Ribeiro, em formação).

“O curso do CFAP, o curso de formação? É [...] o que eu já falei, mais técnica e teoria e talvez uma abordagem melhor, como eu vou explicar [...] Um estudo melhor das matérias a serem ministradas e [...] pessoas capacitadas pra ministrar. Porque eu acho que nenhum sargento ou [...] é [...] nenhum policial militar que não seja formado, que não tenha experiência como professor fora da Polícia, tem uma dinâmica de ensino, entendeu [...] pra fazer com que a pessoa entenda mais fácil.” [Sic] (Soldado PM José, entre um e três anos de serviço).

“Não só o CFAP, mas como um todo, a Polícia Militar, estrutura. Que a Polícia Militar é, como eu costume dizer, nós viramos o boi de piranha da sociedade, e a Polícia Militar tá largada. A verdade é essa. O poder público abandonou a PM. O CFAP, assim como qualquer unidade da Polícia Militar, precisa de estrutura, precisa [...] é [...] estrutura: a polícia tem que ter internet banda larga,

uma sala de informática [...] é [...] livros de [...] Direito, de Processo Penal, Código de Processo Penal, de Código Penal Militar. Acesso a processos, antigos que sejam [...] pra gente poder estudar. Poder ter uma vivência de como as coisas procedem, porque a gente não sabe, a gente acaba tendo que aprender na rua e a rua é cruel.” [Sic] (Soldado PM Ângelo, entre três e cinco anos de serviço).

“Eu acho que seria instrutores mais qualificados [...] Por que alguns eu acho que não estão. Os outros até que estão [...] Eu acho que o policial tem que ser mais bem preparado, ter o nível superior, ter um aprofundamento maior naquela matéria que ele tá dando aula. Porque ele tá ali, mas ele tem outras funções além daquela. Então, eu acho que tem que ser focado aí. O instrutor tem que ser formado só pra aquilo ali mesmo e esquecer um pouco os afazeres policiais dentro do curso. O cara se dedicar melhor e, claro, teria que ter uma seleção pra escolher os bons instrutores e aqueles que realmente tivessem integrado. E alguns que não passaram não estavam muito interessados em ficar ali porque, sei lá [...] Eles eram obrigados a ir, mas eu acho que eles não gostavam muito da [...], pois é, o instrutor de primeiros socorros tinha que um [...] enfermeiro formado, do quadro de saúde, claro [...] Não é, era um policial mesmo. Acho que ele tinha, acho que ele fez um curso de primeiros socorros, eu acho, ele que era o instrutor.” [Sic] (Soldado PM Elisio, entre três e cinco anos de serviço).

Nessa categoria pode-se inferir que, na percepção dos entrevistados, o curso de formação de soldados deveria associar a teoria à prática, sofrer investimentos de ordem estrutural, capacitar professores e abordar assuntos relacionados com a complexidade do serviço policial, reduzindo o grau de militarismo.

Esta seção tratou da análise de conteúdo do material empírico, obtido com a realização de vinte e quatro entrevistas junto a soldados policiais militares selecionados segundo metodologia explicitada no início.

Considerações finais

O estudo objetivou conhecer o processo de formação do policial militar no Estado do Rio de Janeiro, sob a perspectiva do operador de segurança pública, neste caso representado pelo policial militar.

Sendo a polícia um produto da sociedade, a lógica subjacente neste caso é o do estado democrático de

direito. Os organismos policiais são imprescindíveis em qualquer sistema de governo. Contudo, sua atuação é distinta. Em uma sociedade democrática, o policial deve atuar como um garantidor dos direitos dos cidadãos. Desta forma, o processo de formação dos operadores de segurança pública deve ser focado nesta base. A preparação adequada do policial resulta diretamente na ampliação do poder discricionário, com consequente redução das desigualdades pertinentes da ação policial do Estado.

Sendo assim, conhecer o processo de formação na perspectiva do policial militar, possibilitou conhecer de forma prática e real as matizes deste processo. Desta forma, na pesquisa de campo foram entrevistados vinte e quatro policiais militares, conforme metodologia descrita no corpo do trabalho. A análise de conteúdo revelou um cenário precário em relação ao processo de formação. O resultado foi agrupado em cinco categorias, as quais denotam que o programa de treinamento não capacita o profissional de segurança pública a interagir conforme se espera que ocorra em uma sociedade democrática. Em contrapartida, os policiais revelaram que, em função da falta de um referencial teórico adequado no programa de treinamento, muitos se sentiram inseguros para atuarem de forma eficiente no serviço policial. Acredita-se que, em virtude dessa deficiência na formação, há uma dificuldade de atuar em localidades onde o poder aquisitivo é maior, o que não se verifica nas comunidades carentes, de acordo com as percepções que emergem das entrevistas.

Em relação a investimento e capacitação de instrutores, o material empírico revelou que não houve investimento em infra-estrutura nas unidades que realizam a formação do policial militar, como, por exemplo, a falta de munição para instrução de tiro. Quanto, à capacitação dos instrutores, pode-se depreender que não há uma seleção adequada, pois não foram poucos os relatos em que o instrutor não correspondia à função.

Um ponto importante que emergiu nos depoimentos foi o desvio de finalidade do curso no qual o aluno é utilizado na realização de tarefas impertinentes ao processo de formação policial, como serviço gerais e de manutenção, em detrimento da instrução.

Desta forma, pode-se considerar, que o processo de formação policial em lide está eivado de incongruências com o referencial teórico pesquisado. Enquanto, os autores reconhecem a complexidade do serviço policial, a qual exige uma compreensão cada vez maior das interações sociais, as entrevistas apontam para o oposto. O que se percebe, é que, o policial militar no Estado do Rio de Janeiro está sendo formado sob a égide de uma cultura militarizada, na qual o menor elemento dentro de sua hierarquia, deveria somente cumprir ordens. Está ilação, distorce a imagem de um profissional de segurança pública. O qual, para lidar com os efeitos das interações sociais, deve analisar o fato e exercer julgamentos. Ou seja, o exercício da discricionariedade aumenta o espaço espectral da ação policial, reduzindo com isso a desigualdade social.

Contudo, o uso adequado da discricionariedade, está condicionado ao conhecimento que o agente possui do seu papel social. É exatamente neste ponto, que se percebe a temeridade do processo de formação do policial militar. Pois, as entrevistas revelaram a existência de deficiências tanto de cunho estrutural; como na constituição do corpo docente; e na difusão dos conhecimentos pertinentes à preparação de um profissional de segurança pública, em uma regime democrático de governo. Enquanto, alguns autores apontam para a exigência de nível superior para o ingresso nas corporações policiais dos países estudados, pelo fato de compreenderem melhor os conflitos sociais. No caso presente, a um longo caminho a percorrer, que perpassa pela definição do perfil, que se quer do policial no Rio de Janeiro. Um policial reativo ou um policial contingencial? Em seguida, pela re-estruturação do processo de formação policial, interligado com o perfil definido. Finalizando, com um processo de mudança de imagem do policial. Migrando de soldado policial militar para o de técnico em segurança pública. Está mudança deve ocorrer internamente na organização policial. Sendo assim, pode-se concluir que o desafio da formação do policial militar no Estado do Rio de Janeiro, não é utópico, mas uma realidade possível, mas que demandará um enorme esforço tanto institucional e político, para que as mudanças possam ser percebidas pela sociedade.

Quadros, Tabelas e Gráficos.

Tabela 1 - Comparação entre o currículo do programa de formação do CFSd da PMERJ com a matriz curricular nacional.

Nº	Matriz Curricular Nacional	Programa de formação de soldado da PMERJ				
		1997	2000	2002	2005	2006
	Missão policial	0	0	0	0	0
1	Fundamentos políticos da atividade do profissional de segurança do cidadão	0	0	0	0	0
2	Sociologia do crime e da violência	0	0	0	0	1
3	Sistema de segurança pública no Brasil	0	0	0	0	1
4	Fundamentos de polícia comunitária	0	0	0	1	1
5	Abordagem sócio-psicológica da violência	0	0	0	0	0
6	Qualidade em serviço	0	0	0	0	0
7	Ética e cidadania	1	1	1	1	1
	Técnica policial	0	0	0	0	0
8	Criminalística aplicada	1	0	0	0	1
9	Arma de fogo	1	1	1	1	1
10	Defesa pessoal	0	1	1	1	1
11	Medicina legal aplicada	0	0	0	0	0
12	Pronto socorrismo	1	1	1	1	1
	Cultura jurídica aplicada	0	0	0	0	0
13	Introdução ao estudo do Direito	0	0	0	0	0
14	Direito Civil	0	0	0	0	0
15	Direito Constitucional	0	0	0	0	0
16	Direito Penal	0	0	0	1	1
17	Direito Processual Penal	0	0	0	0	0
18	Direito Ambiental	0	0	0	0	0
19	Direitos Humanos	1	1	1	1	1
20	Direito Administrativo	0	0	0	0	0
21	Legislação especial	1	1	1	1	1
	Saúde do policial	0	0	0	0	0
22	Saúde física	1	1	1	1	1
23	Saúde psicológica	1	1	1	1	1
	Eficácia pessoal	0	0	0	0	0
24	Processo de tomada de decisão aplicado	0	0	0	0	0
25	Relações interpessoais	0	0	0	0	0
26	Gerenciamento de crises	0	0	0	0	0
	Linguagem e informação	0	0	0	0	0
27	Português instrumental	1	0	0	1	1

28	Telecomunicações	1	1	1	1	1
29	Técnica da informação	0	0	0	0	0
	Total de disciplinas adotadas	10	9	9	12	15
	% de implementação da MCN					

Legenda: 1 – contempla a disciplina; 0 – não contempla a disciplina

Fonte: Adaptado de (Riccio and Basilio 2006, 19)

i Por enforce the law se entende como sendo uma atribuição de fazer cumprir a lei.

ii Lipsky (1983) ao tratar da street-level bureaucrats percebeu que o estabelecimento de regras, guia de conduta ou instruções relativas à atividade que se enquadram nesta categoria, seriam incapazes de formatar o comportamento que os funcionários deveriam apresentar na interação com o cidadão, reduzindo com isso a discricionariedade de suas decisões. Isto ocorre em virtude da impossibilidade de se identificar as ocorrências possíveis dessas atividades. O autor apresenta três razões que justificam o argumento acima: em primeiro lugar, o street-level bureaucrats frequentemente depara-se com situações complicadas que reduzem a possibilidade de formação dessas situações. Em segundo lugar, esse tipo de funcionário trabalha em situações que frequentemente requer uma sensibilidade maior em sua análise e julgamento. Nesse sentido, o policial avalia o evento no qual esteja atuando e decide em deter ou não alguém. A terceira razão apresentada pelo autor para a não eliminação da discricionariedade dessa atividade relaciona-se ao fato de o street-level bureaucrats interagir mais com o cidadão do que com a natureza do trabalho. Nesse sentido, a discricionariedade aumenta o status do trabalhador e encoraja o cliente (cidadão) a acreditar que o funcionário detém as chaves para o seu bem-estar.

iii O processo de recrutamento e seleção da PMERJ é regulado pelo art. 37 e seus incisos da Constituição Federal de 1988; pelo art. 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro; pelas leis estaduais nº 1.032, de 08 de agosto de 86, e nº 1.223, de 10 de novembro de 1987.

iv Cf. Estatuto dos Policiais Militares – Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, alterada pela Lei nº 467, de 23 de outubro de 1981.

v Diretriz Geral de Operações. Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, publicada em Boletim Reservado nº 74, de 05 de Nov de 1982.

vi Carga horária reduzida de 12 para 10 horas, com a implantação da Resolução SSP nº 846.

vii TCE e FGV analisam ações na área de segurança pública. TCE-RJ notícia, Rio de Janeiro, ano 5, n. 55, p. 6-14, dez. 2006. ISSN 1806-4078.

viii TRO significa Talão de Registro de Ocorrência. Esse é o documento no qual os policiais, ao atenderem uma ocorrência, registram as informações referentes ao evento.

ix BRAT significa Boletim de Registro de Acidente de Trânsito. Diferencia-se do TRO pelo fato de ser específico às ocorrências de acidente de trânsito.

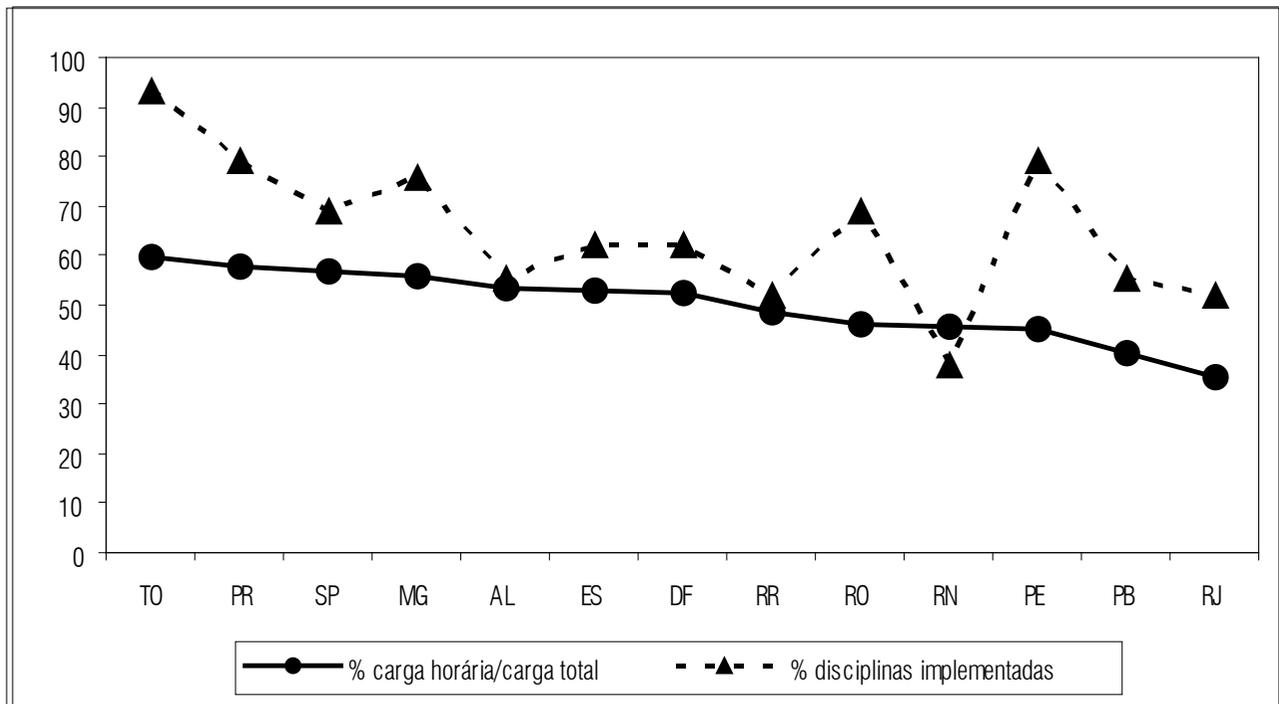
Quadro 1* - Análise comparativa entre os programas de treinamentos existentes X a MCN proposta pela SENASP

UF	RJ	AL	SP	DF	PB	PE	PR	MG	ES	RO	RN	RR	TO	CH MÉDIA	% DISCIPLINAS IMPLANTADAS
CARGA HORÁRIA (CH)	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	
CURRÍCULO SENASP															
Missão policial															
1	0	0	0	0	0	16	0	0	0	10	0	0	14	13	25,00%
Fundamentos políticos da atividade do profissional de segurança do cidadão															
2	8	0	20	10	0	16	0	20	40	0	15	30	26	21	66,67%
Sociologia do crime e da violência															
3	6	0	0	0	30	30	20	14	20	0	0	20	20	20	66,67%
Sistema de segurança pública no Brasil															
4	10	0	11	15	0	30	40	30	0	20	0	25	16	23	66,67%
Fundamentos de polícia comunitária															
5	0	0	0	0	0	20	20	0	0	0	0	0	20	20	25,00%
Abordagem sócio-psicológica da violência															
6	0	0	15	0	0	16	0	0	0	0	0	0	22	19	16,67%
Qualidade em serviço															
7	10	15	0	15	15	16	20	14	20	20	15	0	24	17	91,67%
Ética e cidadania															
Técnica policial															
8	8	0	40	20	30	16	10	20	40	20	0	15	16	20	83,33%
Criminalística aplicada															
9	117	60	80	80	45	90	90	120	90	50	90	80	90	84	100,00%
Arma de fogo															
10	40	0	50	60	30	46	50	70	60	40	30	40	40	46	91,67%
Defesa pessoal															
11	0	0	10	0	0	20	10	0	0	20	0	0	16	17	33,33%
Medicina legal aplicada															
12	20	20	50	25	30	16	40	30	40	20	30	20	32	27	100,00%
Pronto socorrismo															
Cultura jurídica aplicada															
13	0	30	0	15	0	60	0	0	20	0	0	0	35	32	41,67%
Introdução ao estudo do Direito															
14	0	30	10	0	0	0	15	30	0	0	0	0	0	25	25,00%
Direito Civil															
15	0	60	0	15	0	0	30	30	30	20	0	0	26	30	58,33%
Direito Constitucional															
16	24	60	50	80	30	0	60	74	60	60	30	80	40	54	91,67%
Direito Penal															
17	0	30	15	20	30	0	20	20	30	20	0	0	40	26	66,67%
Direito Processual Penal															
18	0	20	0	0	0	0	20	30	0	0	8	0	22	20	41,67%
Direito Ambiental															
19	20	15	75	15	15	30	20	40	40	20	30	30	30	25	100,00%
Direitos Humanos															
20	0	50	15	0	0	0	15	30	30	20	0	0	25	28	50,00%
Direito Administrativo															

21	Legislação especial	8	0	20	15	0	16	40	44	0	20	0	0	40	26	58,33%
	Saúde do policial															
22	Saúde física	92	60	100	80	90	16	120	74	50	110	60	60	90	75	100,00%
23	Saúde psicológica	8	30	20	20	30	16	20	0	40	20	0	0	18	22	75,00%
	Eficácia pessoal															
24	Processo de tomada de decisão aplicado	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	20	0	18	16,67%
25	Relações interpessoais	0	20	0	20	30	16	0	14	0	20	15	0	35	21	66,67%
26	Gerenciamento de crises	0	0	8	0	30	16	20	10	20	20	0	25	14	19	66,67%
	Linguagem e informação															
27	Português instrumental	25	30	40	0	30	10	30	60	0	20	5	40	80	33	83,33%
28	Telecomunicações	16	0	30	10	30	16	20	20	20	20	0	30	18	20	83,33%
29	Técnica da informação	0	30	10	15	30	20	20	14	30	0	0	15	22	22	75,00%
		412	560	669	530	525	564	750	808	680	570	328	530	871	824,02	
	% da carga horária / carga total	35,52%	53,33%		52,37%	40,38%	45,26%	57,69%	55,65%	53,13%	46,34%	45,56%	48,62%	59,94%		
	% das disciplinas implementadas	51,72%	55,17%		62,07%	55,17%	79,31%	79,31%	75,86%	62,07%	68,97%	37,93%	51,72%	93,10%		

* Adaptado de (Basilio 2007,80)

Gráfico 1: Comparativo da implementação da MCN nos estados pesquisados.



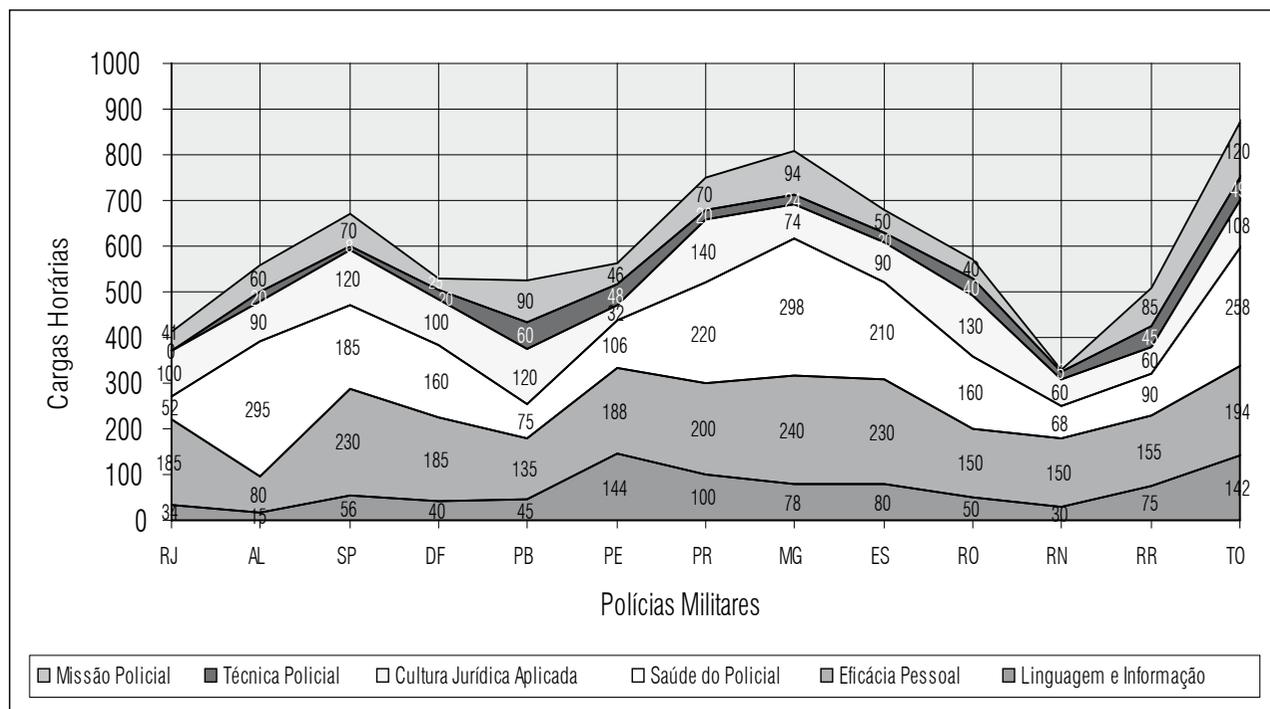
Fonte: Adaptado de (Basilio 2007, 82).

Quadro 2 – Distribuição da carga-horária entre UF versus áreas de estudo da MCN

ÁREAS DE ESTUDO DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL						
UF	Missão Policial	Técnica Policial	Cultura Jurídica Aplicada	Saúde do Policial	Eficácia Pessoal	Linguagem e Informação
RJ	34	185	52	100	0	41
AL	15	80	295	90	20	60
SP	56	230	185	120	8	70
DF	40	185	160	100	20	25
PB	45	135	75	120	60	90
PE	144	188	106	32	48	46
PR	100	200	220	140	20	70
MG	78	240	298	74	24	94
ES	80	230	210	90	20	50
RO	50	150	160	130	40	40
RN	30	150	68	60	15	5
RR	75	155	90	60	45	85
TO	142	194	258	108	49	120

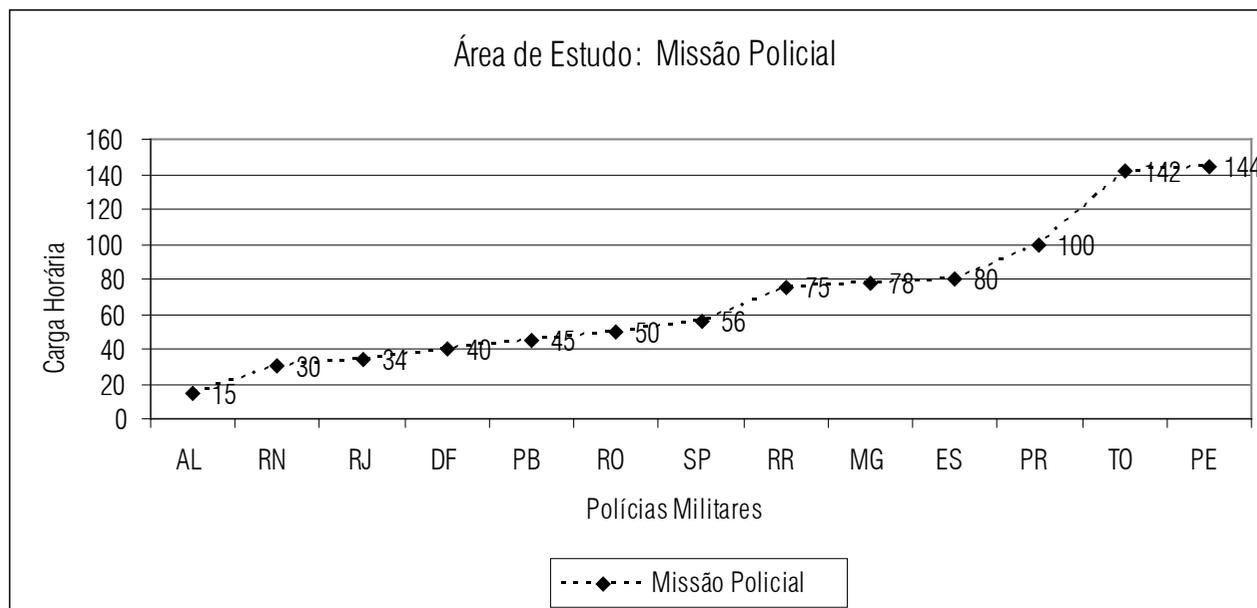
Fonte: Adaptado de (Basilio et alli 2007, 75).

Gráfico 2: Distribuição da carga-horária entre UF versus áreas de estudo da MCN.



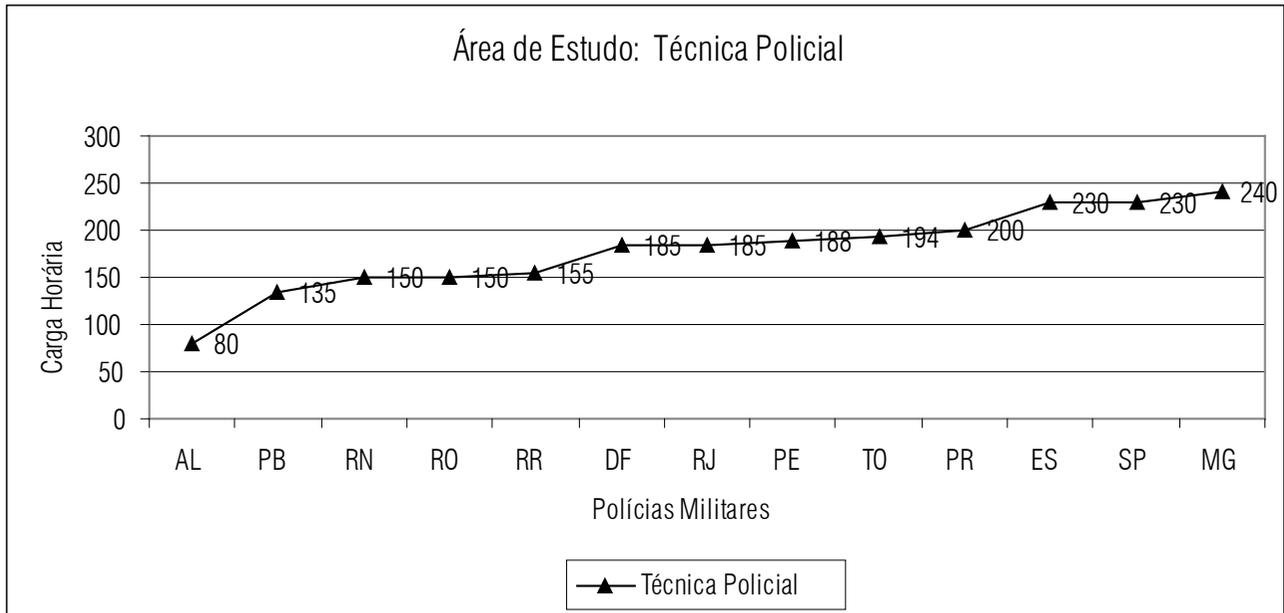
Fonte: Adaptado de (Basilio et alli 2007,76).

Gráfico 3: Análise comparativa da distribuição de carga horária na área de estudo relativa a missão policial implementada pelas polícias militares no CFSd.



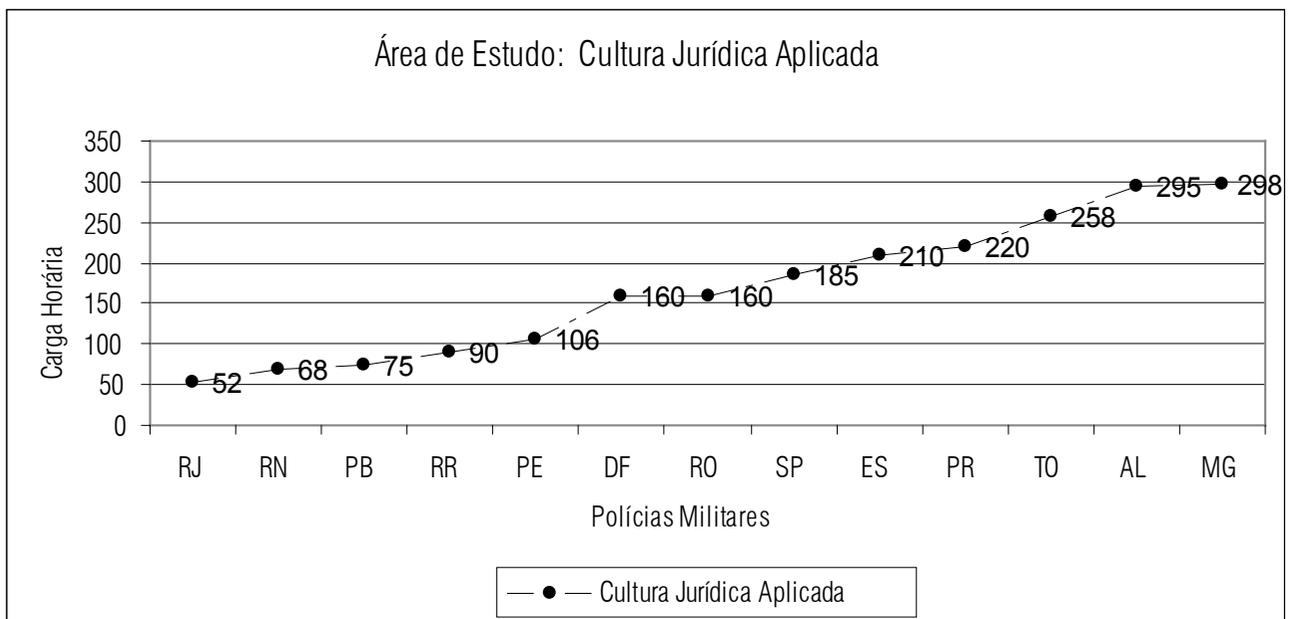
Fonte: Adaptado de (Basilio et alli 2007, 77).

Gráfico 4: Análise comparativa da distribuição de carga horária na área de estudo relativa a técnica policial implementada pelas polícias militares no CFSd.



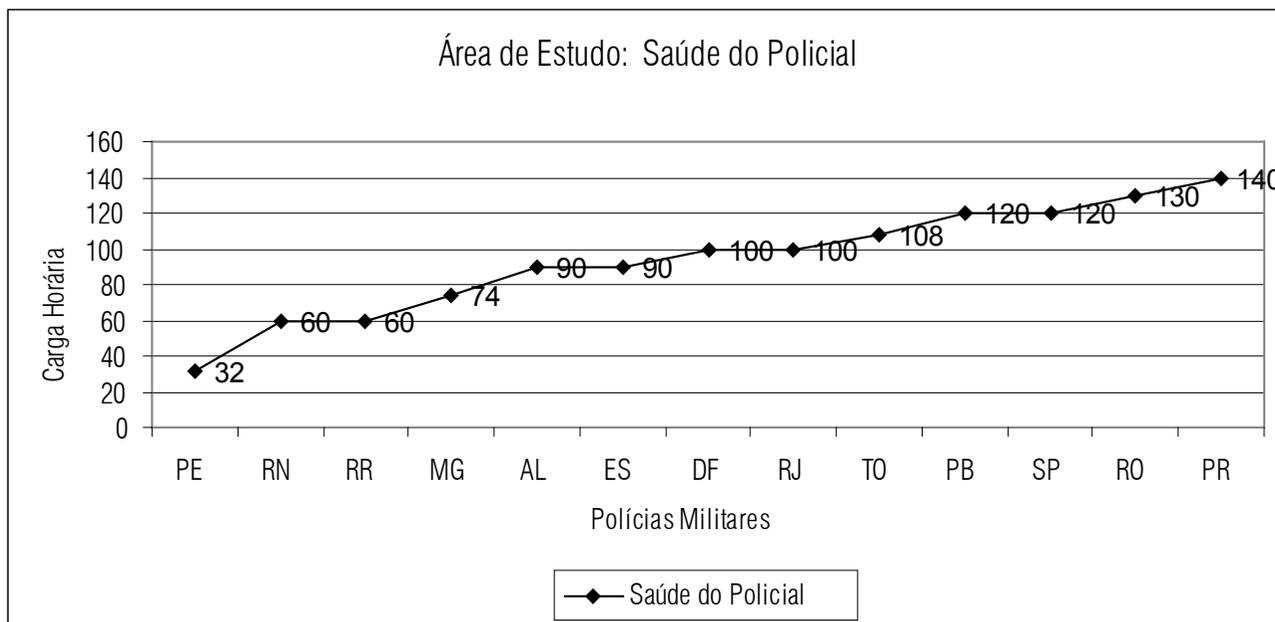
Fonte: Adaptado de (Basilio et alli 2007, 78).

Gráfico 5: Análise comparativa da distribuição de carga horária na área de estudo relativa a cultura jurídica aplicada implementada pelas polícias militares no CFSd.



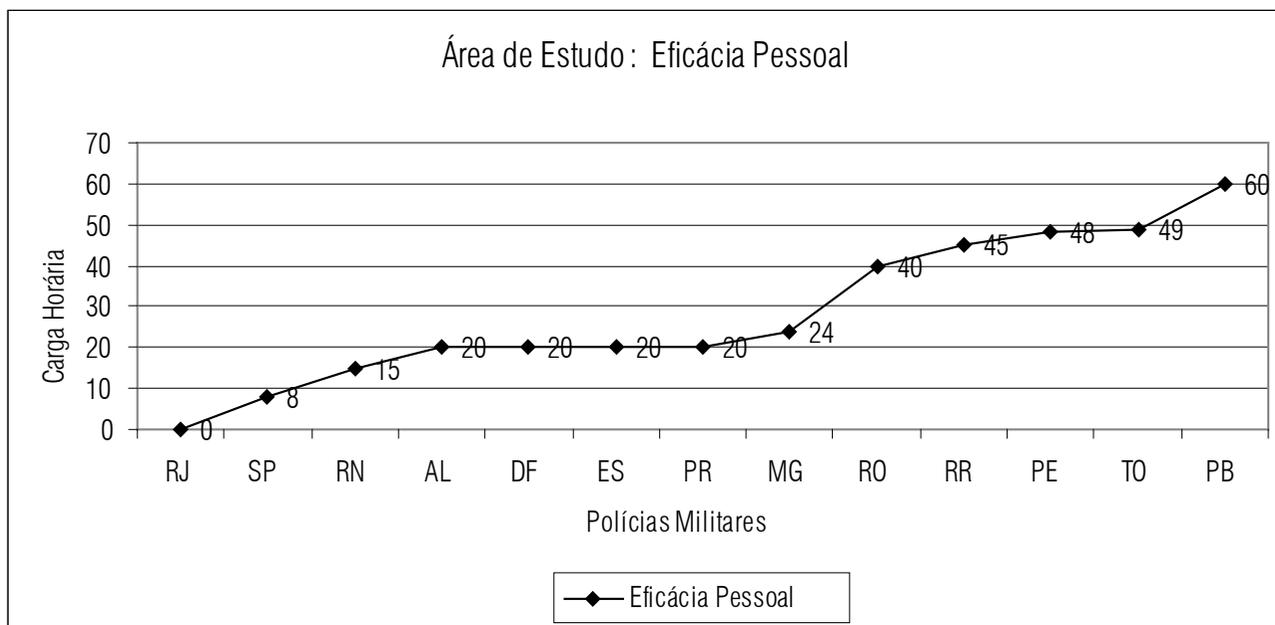
Fonte: Adaptado de (Basilio et alli 2007, 79).

Gráfico 6: Análise comparativa da distribuição de carga horária na área de estudo relativa a saúde do policial implementada pelas polícias militares no CFSd.



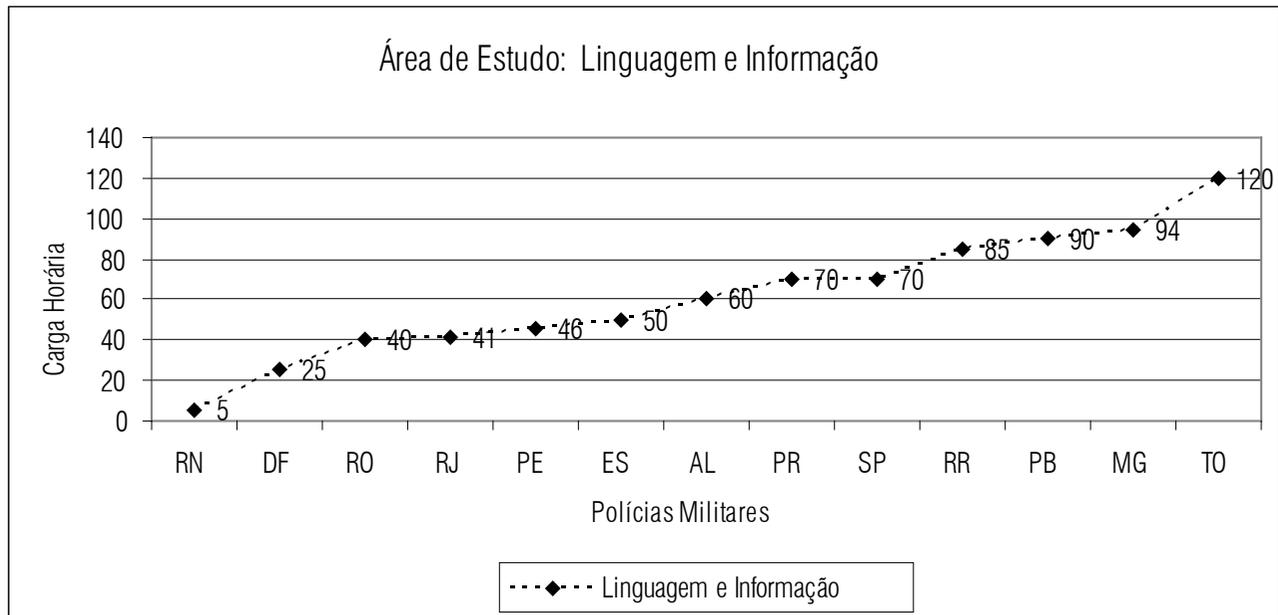
Fonte: Adaptado de (Basilio et alli 2007, 80).

Gráfico 7: Análise comparativa da distribuição de carga horária na área de estudo relativa a eficácia pessoal implementada pelas polícias militares no CFSd.



Fonte: Adaptado de (Basilio et alli 2007, 81).

Gráfico 8: Análise comparativa da distribuição de carga horária na área de estudo relativa a linguagem e informação implementada pelas polícias militares no CFSd.



Fonte: Adaptado de (Basilio et all 2007,82).

REFERENCIAS

- Bardin, Laurence. 2004. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Basilio, M. P. 2007. O Desafio da Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Utopia ou Realidade Possível? Dissertação de Mestrado em Administração pública, apresentada a EBAP/FGV.
- _____. 2008. O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: entre o modelo reativo e o contingencial. XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Buenos Aires: XIII CLAD, nov.
- _____. 2008. O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível?. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: XXXII En ANPAD.
- _____. Et al. 2007. O sistema de formação da Pmerj: uma avaliação crítica da formação e treinamento policial Militar. Trabalho Técnico Profissional do Curso Superior de Polícia Integrado apresentado a Escola Superior de Polícia Militar – EsPM/PMERJ.
- Basilio, M. P. and Riccio Neto, Vicente. 2008. O desafio da formação do policial militar do Estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível. Rio de Janeiro: Revista Administração em Debate, v. 1, p. 5-14.
- Bauer, Martin W. and Gaskell, George. 2002. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes.
- Bayley, David H. 2002. Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa. Tradução de René Alexandre Belmonte. – 2. ed. – São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Bittner, Egon. 2003. Aspectos do trabalho policial. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Bryett, Keith (1999). The policing dynamic. Policing: An International Journal of Police Strategies & Management. Vol. 22 n. 1., p. 30-44.
- Carrell, M. R. et al. 2006. Human resource management: strategies for managing a diverse and global workforce. 6. ed. - Florida, EUA: The Dryden Press.
- Cerqueira, Carlos Magno Nazareth. 1998. A polícia e os direitos humanos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- Engel, S. T. and Burruss, G. W. 2004. Human rights in the new training curriculum of the police service of Northern Ireland. Policing: An International Journal of Police Strategies & Management. Vol. 27 n. 4., p. 498-511.
- Fitzgerald, G.E. 1989. Report of inquiry into possible illegal activities and associated police misconduct. State Government Printer, Brisbane.
- Goldstein, Herman. 2003. Policiando uma sociedade livre. Tradução Marcello Rollemberg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Kant de Lima, Roberto. 2002. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: Zaverucha, Jorge (org). Políticas de Segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, p. 199-219.

- Lipsky, Michael. 1983. Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services. New York, Russel Sage Foundation.
- Lord, Vivian B. 1998. Swedish police selection and training: issues from a comparative perspective. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. Vol. 21 n. 2., p. 280-292.
- Marion, Nancy. 1998. Police academy training: are we teaching recruits what they need to know?. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. Vol. 21 n. 1., p. 54-79.
- Martin, J.P. and Wilson, Gail. 1969. The police: a study in matipower – the evolution of the service in England and Wales. Londres, Heinemann.
- Milkovich, G. T. and Boudreau, J. W. 2006. *Administração de recursos humanos*. Tradução Reynaldo C. Marcondes. 1ª. Ed. – 5ª. reimpr. São Paulo: Atlas.
- Monjardet, Dominique. 2003. O que faz a polícia: sociologia da força pública. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Ness, J. J. (1991). The relevance of basic law enforcement training – does the curriculum prepare recruits for police work: a survey study. *Journal of Criminal Justice*, Vol. 19 No. 2, p. 181-193.
- Riccio, Vicente and Basilio, Marcio Pereira. 2006. As diretrizes curriculares da secretaria nacional de segurança pública (senasp) para a formação policial: a polícia militar do Rio de Janeiro e a sua adequação às ações federais. XI congresso internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la administración pública. Guatemala: Novembro.
- _____. 2007. As diretrizes curriculares da secretaria nacional de segurança pública (senasp) para a formação policial: a polícia militar do Rio de Janeiro e a sua adequação às ações federais. In: *A trajetória das políticas públicas no Brasil: uma reflexão multisetorial*. Xavier, Roberto Salles, et. al (org.). Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p. 212-241.
- Rico, José Maria. 1992. Delito, insegurança do cidadão e polícia: novas perspectivas. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar, 1992.
- Roberg, Roy and Bonn, Scott. 2004. Higher education and policing where are we now?. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. Vol. 27 n. 4., p. 469-486.
- SUNG, Hung-En. 2006. Police effectiveness and democracy: shape and direction of the relationship. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. Vol. 29 n. 2., p. 347-367.
- Trautman, N.E. 1986. Law enforcement training: a comprehensive guide for the development of effective law enforcement training programs. IL, EUA, Charles C. Thomas, Publisher, Springfield.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2006. O investimento público e a efetividade das ações estatais na segurança. Rio de Janeiro, FGV.
- Vergara, Sylvia Constant. 2005. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas.
- Vickers, Margaret H. 2000. Australian police management education and reseach: a comment from “outside the cave”. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. Vol. 23 n. 4. p. 506-524.

para citar el presente artículo:

Estilo Chicago autor-fecha:	Estilo APA:	Estilo MLA:
Pereira Basilio, Marcio. 2010. O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Modelo Reativo e o Contingencial. <i>Administración & Desarrollo</i> 38 (52): 71-96.	Pereira Basilio, Marcio. (2010). O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Modelo Reativo e o Contingencial. <i>Administración & Desarrollo</i> 38 (52): 71-96.	Pereira Basilio, Marcio. “O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Modelo Reativo e o Contingencial”. <i>Administración & Desarrollo</i> 38.52 (2010): 71-96.